

FLÁVIO MARCUS DA SILVA

26 TEXTOS NÃO ESCOLHIDOS

Pará de Minas, 2011

- 1 - Democracia e Educação no Brasil
- 2 - O rapaz infinitamente promissor
- 3 - Por que a Biblioteca do Povo não deu certo?
- 4 - Solenidade de formatura ou ensaio de escola de samba?
- 5 - Que saudade da professora Carla!
- 6 - A Saúde em Pará de Minas
- 7 - Resultados do Enem em Pará de Minas, Itaúna e Belo Horizonte
- 8 - O magnífico teatro aberto das campanhas eleitorais
- 9 - Sobre como é importante encontrar a melodia certa
- 10 - Enem: os primeiros lugares são realmente os melhores?
- 11 - Proibido para menores
- 12 - Sobre como é fácil condenar os outros
- 13 - Histórias de Práticas Educativas
- 14 - Mitos patafufos
- 15 - Botecos patafufos
- 16 - Você se lembra do Pirata do Espaço?
- 17 - Memória
- 18 - Bruxas patafufas
- 19 - Dom Pedro de Almeida, conde de Assumar
- 20 - Quem não lê não escreve
- 21 - Três testes de paciência
- 22 - Abelhas
- 23 - O passado e seus mistérios
- 24 - O prazer da leitura
- 25 - Pombos II: a missão
- 26 - De marré deci

1 - Democracia e Educação no Brasil

Li recentemente, numa sequência, três livros que me ajudaram a entender melhor a noção limitada que grande parte dos brasileiros tem hoje sobre a democracia. De certa forma, os três autores confirmam a célebre afirmação de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936): "A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido" (p. 160).

Os livros *Brasil: de Getúlio a Castelo*, de Thomas Skidmore (1967), *Os Senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964*, de Heloísa Maria Murgel Starling (1986), e *Partido e Sociedade: a Trajetória do MDB*, de Rodrigo Patto Sá Motta (1993), mostram como predominou no Brasil, desde a década de 1940, uma noção de democracia focada quase exclusivamente no direito ao voto, muitas vezes manipulado pelos meios de comunicação, pelo clientelismo (explícito ou disfarçado) e pelos famosos conchavos políticos de bastidores.

Nos anos 60, 70 e 80, muitos cidadãos brasileiros se levantaram a favor de uma democracia autêntica, baseada numa participação efetiva da sociedade no espaço público, e até hoje, sobretudo nos grandes centros, suas vozes ecoam contra uma cultura política tradicionalista, que impede a formação e a entrada na arena política de uma sociedade organizada, bem informada e crítica.

Por que a Educação no Brasil é tão elitizada? Por que o ensino básico público no Brasil é, na maioria das vezes, de má qualidade? Onde estudam, em Pará de Minas, os filhos da elite?

O fato é que a crise da Educação no Brasil tem atingido também as escolas particulares, sobretudo no interior, pois encontrar bons professores, com boa formação, que saibam se expressar bem e se posicionar de forma crítica e reflexiva diante dos problemas enfrentados pela sociedade - criando assim um diferencial no ensino privado -, é mais difícil do que achar uma agulha no palheiro. Nas capitais, essa diferenciação injusta e vergonhosa entre um ensino básico público ruim e um ensino básico privado de qualidade permite que a maioria das vagas nas universidades federais - ainda consideradas centros de excelência em educação superior -, sobretudo naqueles cursos que oferecem maiores oportunidades de ascensão social, quais sejam Direito, Medicina, Odontologia etc., sejam preenchidas, em sua maior parte, por alunos que frequentaram escolas particulares.

Assim fica fácil manter a maioria da população desorganizada politicamente, pouco consciente de seus direitos e deveres de cidadão, incapaz de perceber a diferença entre o clientelismo personalista, baseado numa política de favores, e a democracia autêntica, baseada na participação efetiva de uma sociedade organizada, crítica e consciente da importância do seu papel na defesa da coisa pública.

2 - O rapaz infinitamente promissor

Conversei recentemente com uma jovem que tinha trabalhado nove anos nos Estados Unidos e que hoje mora em Belo Horizonte com o marido e os filhos, tem casa própria, uma empresa bem estabelecida, carro do ano e uma poupança bem fornida, frutos de muito trabalho e dedicação na Meca do Capitalismo Ocidental.

O que mais me surpreendeu na conversa que tivemos foi o conteúdo das histórias por ela contadas, narrando suas experiências na terra do Tio Sam. Nelas, o verbo mais utilizado foi, sem dúvida, o “comprar”. Além de juntar dinheiro, essa jovem (integrante de uma equipe de faxina, que “fazia três ou quatro casas por dia”) comprava muito, geralmente produtos de consumo popular nos Estados Unidos, mas que, aqui no Brasil, são relativamente caros: televisões, computadores, celulares, tênis das marcas Nike ou Puma (originais), iphone, ipod, playstation, etc. De lá ela trouxe, só para ela, 50 pares de tênis de marca, que ela nem sabe se vai usar. Isso porque o Capitalismo é muito eficaz na criação de novas modas e novos desejos, de forma a estimular o consumo desenfreado da população que, bombardeada por propagandas sedutoras, muitas vezes abandona bens em bom estado de conservação para adquirir produtos da moda, novas tecnologias, novas marcas...

O fato é que, ao consumir, muita gente se preocupa, acima de tudo, em criar em torno de si uma imagem de prosperidade e sucesso, já que no mundo capitalista os bens materiais não são simplesmente artigos de utilidade, mas também símbolos de *status* social.

Imagino que o leitor conheça alguém que se endividou absurdamente para financiar um carro importado pelo simples desejo de transmitir à sociedade uma imagem de poder e riqueza. Uma imagem falsa - porque, na sua essência, o Capitalismo é falso, artificial, efêmero e, muitas vezes, cruel.

No mundo de hoje, o desejo de riqueza, poder e ostentação tem se sobreposto a valores essenciais para a harmonia da sociedade, como a humildade, a generosidade, o altruísmo e o amor ao próximo. Somos fantoches de um sistema que nos quer consumistas, bem sucedidos e orgulhosos; que quer que nos preocupemos em ser ricos e poderosos ou, pelo menos, em aparentar riqueza e poder (o que, além de ridículo, pode gerar frustração, depressão e até suicídio).

Pense nisso, leitor. Reflita mais sobre o que é realmente essencial na sua vida e procure, acima de qualquer coisa, ser feliz e viver em paz e harmonia com o próximo.

Para reflexão, deixo você com um trecho do livro *Quando Nietzsche chorou*, de Irvin D. Yalom:

"Chegar aos quarenta abalou a idéia de que tudo me era possível. Subitamente, entendi o fato mais óbvio da vida: que o tempo é irreversível, que minha vida estava se consumindo. É claro que eu já sabia disso antes, mas sabê-lo aos quarenta foi uma espécie diferente de saber. Agora, *sei* que *o rapaz infinitamente promissor* foi meramente uma ordem de marchar, que *promissor* é uma ilusão, que *infinitamente* não tem sentido e que estou em fileira cerrada com todos os outros homens em direção à morte."

3 - Por que a Biblioteca do Povo não deu certo?

As regras eram claras: você podia pegar o livro que quisesse, levar para casa, ler e depois devolver em qualquer uma das quatro estantes da Biblioteca, localizadas em pontos diferentes da cidade, de fácil acesso, sem a necessidade de preencher ficha ou de qualquer outro tipo de controle. Se você quisesse ficar com o livro, você poderia doar um outro no lugar.

No início, muitas doações preencheram as prateleiras da *Biblioteca do Povo* em Pará de Minas, e a população ficou animada com a novidade. Os idealizadores do projeto estavam empolgados, realmente acreditando que seria possível empreender em Pará de Minas, com sucesso, um projeto de democratização da leitura típico de países onde as tradições republicanas e democráticas eram bem mais fortes que as nossas.

Infelizmente, não foi possível.

As doações diminuíram, os livros mais novos desapareceram de vez das prateleiras (seguidos pelos mais velhos), e pouco a pouco as estantes foram se esvaziando: com exceção das revistas velhas, apostilas, livros didáticos de décadas passadas e cópias de textos usados, que eram jogados de qualquer jeito nas prateleiras como se a *Biblioteca do Povo* fosse um Lixão, um verdadeiro “Bota-fora”.

Por que a Biblioteca do Povo não deu certo?

Porque, a meu ver, a nossa cultura não é preparada para esse tipo de iniciativa. Somos herdeiros de uma tradição cultural que não distingue bem o público do privado. A ideia moderna de “coisa pública” (do latim *res publica*) caiu de “pára-quadras” aqui no Brasil, no final do século XVIII, vinda de regiões da Europa onde toda uma tradição de luta revolucionária do povo contra os privilégios da nobreza e do clero amadureceu uma noção clara do que é de todos, da coletividade (ou seja, do bem comum), em separação ao que é privado, de cada um.

No Brasil, essa distinção não é clara, pois quando as ideias republicanas aqui chegaram, o ambiente cultural por elas encontrado era o mais atrasado possível, resultado de quase 300 anos de uma colonização marcada pela ignorância e pela preguiça (tanto do corpo quanto do pensamento). Nesse terreno pouco fértil, o republicanismo autêntico não se enraizou.

Por isso, sem qualquer peso na consciência, o brasileiro se apropria de um livro que é do povo (de todos, da coletividade) como bem privado. Por isso, também, a confusão que existe hoje no Brasil a respeito do verdadeiro papel de um vereador ou deputado, que diante da força dessa tradição cultural, acaba se tornando um prestador de serviços a pessoas e famílias privadas (geralmente seus eleitores e amigos), pagando contas de luz e água, levando doentes na capital, fazendo carretos, arrumando empregos para uns e outros, em detrimento do interesse coletivo, do bem comum, da *res publica*. Por isso a corrupção sem freios que impera no Brasil (o desvio de recursos públicos para os bolsos privados de políticos, seus familiares e amigos); o abuso dos cargos de confiança na administração pública, usados, na sua grande maioria, para favorecer amigos e parentes de políticos, muitas vezes contrariando o interesse coletivo, já que muitos desses apadrinhados não têm a mínima competência para a função; por isso o famoso “jeitinho

brasileiro”, o descaso com o patrimônio público... E a lista se estenderia por muitas páginas se o meu espaço nesta coluna não fosse limitado.

Para terminar, como um professor apaixonado pela profissão, eu só poderia dizer que a única maneira de modificar essa cultura é através de uma Educação de qualidade (que passa também por uma valorização do magistério) e daquilo que a Academia de Letras de Pará de Minas, a Unimed e seus parceiros quiseram fazer com a *Biblioteca do Povo*: estimular a reflexão e a análise crítica da realidade através do estímulo à leitura.

4 - Solenidade de formatura ou ensaio de escola de samba?

Todo semestre, na faculdade, é a mesma coisa: os formandos combinam com os coordenadores de curso que só vão começar a bagunça no intervalo (“para não prejudicar os outros alunos”, explicam os coordenadores, “que estarão fazendo prova ou tendo as últimas aulas do semestre”), mas raramente cumprem o combinado. Muito antes do intervalo, eles começam a soprar apitos e cornetas com toda a força de seus pulmões, tornando impossível a continuidade de qualquer atividade nas salas próximas às suas; e em seguida começam a circular pelos corredores da faculdade ao som dos mesmos apitos e cornetas, enquanto, do lado de fora, explodem os foguetes. Se um professor, coordenador ou outro funcionário reclamar, na maioria das vezes os formandos ignoram os apelos, são irônicos, desrespeitosos e continuam a comemorar.

Não sou contra as comemorações dos formandos (embora eu ache que eles deveriam encontrar alguma coisa mais criativa para fazer nesse dia do que simplesmente circular pelos corredores tocando apitos e cornetas). Eu não concordo é com o desrespeito aos direitos dos outros alunos e professores que estão em aula ou em avaliação – muitos alunos, inclusive, já foram prejudicados nos resultados das provas de final de semestre pelas confusões nos corredores e foguetes. Quando são formandos em Direito, então, a contradição é ainda mais marcante. Terminar um curso de Direito desrespeitando os direitos dos outros? Não pega bem.

Mas o que mais me incomoda é a “solenidade” de formatura. Coloquei a palavra “solenidade” entre aspas porque aquilo para mim pode ser tudo, menos uma solenidade. A palavra solenidade, no dicionário, é definida assim: “Formalidades que tornam importante um fato”. No caso da formatura no Ensino Superior, o fato importante é a conclusão daquele curso com sucesso, permitindo ao formando o exercício de uma profissão, reconhecida pela sociedade. É, ao mesmo tempo, um rito de passagem que simboliza um novo começo, uma nova vida.

Infelizmente, na maioria das cerimônias de formatura da atualidade, o formalismo deu lugar à bagunça; e o rito, que deveria simbolizar o início de uma trajetória profissional ancorada em valores como a ética e o respeito ao próximo, parece querer simbolizar justamente o contrário: o desrespeito, a ausência de certo e errado, o “tudo pode”.

Familiares e amigos dos formandos entram no auditório ou salão com faixas, bandeiras, apitos, cornetas, tambores, confetes, e com todo esse material em mãos, desde o início da cerimônia, fazem uma verdadeira arruaça (um batuque ensurdecador que não deve nada a um ensaio de escola de samba, daqueles bem desorganizados). Não deixam ninguém falar, interrompem todo mundo, e as autoridades sentadas à mesa mais parecem seres extraterrestres, objetos decorativos fora do lugar, no ambiente errado, o que faz com que a maioria delas se sinta ridícula, como se uma força superior as empurrasse para os bastidores, para trás das cortinas – sensação que fica ainda mais forte quando alguns formandos dirigem a elas olhares de desprezo e/ou ironia, a maioria das vezes acompanhados por sorrisos zombeteiros que parecem querer dizer: “Bem feito para você. Está aí ‘pagando mico’ na frente de todo mundo, com esse sorrisinho sem graça (ou ar superior – vai depender da autoridade), fingindo que está gostando da baderna só para não pegar mal (ou sentindo-se muito acima de nós e doido para ir embora), não é?”.

Com muita propriedade, o advogado Jorge Ferreira Filho chamou, em um artigo recente, essas solenidades de “Solenidades de (Des)formatura”. A ele preocupa o fato de que muitas instituições de Ensino Superior do Brasil têm se empenhado mais em “informar” do que em “formar” (construir um cidadão apto à moderna sociedade democrática de direito, capaz de refletir e analisar a realidade e construir conhecimento visando ao bem da coletividade): “O aluno passou a ser um consumidor – um centro de direitos. O professor transformado num ‘Sílvio Santos’ – aquele que deve agradar a platéia; dar à platéia o que ela quer e não o que ela precisa receber”.

Será que é isso? Será que falta formação cidadã a esses alunos que transformam uma solenidade de formatura em ensaio de escola de samba? Será que temos que repensar nossa postura enquanto educadores e gestores da Educação?

5 - Que saudade da professora Carla!

Cheguei a Belo Horizonte por volta de nove da manhã. Ônibus lotado. Rodoviária lotada. Na mochila eu levava uma camisa branca de algodão, uma garrafinha de água mineral e umas economias para gastar em livros, café, comida japonesa e chocolate amargo. Tinha o dia todo para caminhar, observar, pensar, recordar, ler, beber e comer. Era o meu dia (só meu), longe da família e de pessoas conhecidas que me observavam na rua e percebiam o quanto eu tinha engordado nos últimos meses; longe de alunos e ex-alunos cruzando comigo no supermercado, reparando minha bermuda velha e meus chinelos de dedo; longe das tensões do trabalho e das expectativas para o próximo semestre, para o próximo ano...

Lá pelo meu terceiro café expresso, caminhando pela Savassi, entre a Ouvidor e a Travessa, eu me recordei do tempo em que ali mesmo, naquele miolo, eu me sentava à mesa com meus colegas do curso de História, e a gente se lançava a acalorados debates sobre a Escola dos Annales, o Marxismo, a Nova História Cultural, etc. Tomávamos café, capuccino ou vinho tinto [daqueles mais baratos] e comíamos queijo e amendoim. Eram discussões apaixonadas! A gente se divertia muito, e ao mesmo tempo exercitava a imaginação refletindo, analisando, criticando, zoando...

E isso me levou a recordar as aulas da professora Carla: de como ela nos conduzia pelo mundo fascinante da crítica histórica; de como ela nos fazia confrontar autores e ideias, levando-nos a problematizar, a refletir e a analisar o passado e o presente, a produzir conhecimento... Ela não “dava” aula. Ela sabia perfeitamente que as informações sobre o passado estavam disponíveis em inúmeros livros de História para quem quisesse lê-los. Sua preocupação era com a “formação” de pensadores, de mentes capazes de captar a essência das várias interpretações, dos vários autores, e de confrontá-las, buscando construir algo novo (uma reflexão nova, uma análise nova). Com ela aprendemos a criticar as fontes, a duvidar das “verdades absolutas”, a desconstruir e construir argumentações.

Tenho saudade da professora Carla! E também de muitos outros professores da FAFICH que, como ela, souberam aguçar a nossa curiosidade, a nossa capacidade de criar e questionar...

Infelizmente, nos dias de hoje, muitos alunos que ingressam em um curso superior (sobretudo em instituições do interior) exigem que o professor seja simplesmente um reprodutor de informações. Se o mestre não dá um “show” de aula, falando sem parar (muitas vezes reproduzindo exatamente as informações que ele tirou de um ou dois livros), explicando de forma que a “platéia” entenda todo o conteúdo numa seqüência lógica, ele não é considerado um bom professor.

É certo que muitos desses alunos chegam à faculdade com sérias deficiências, resultado de uma Educação Básica de péssima qualidade; mas precisamos nos unir e resolver esse problema antes que as instituições de Ensino Superior se tornem (como muitas já vêm se tornando) apenas um negócio a mais no mundo capitalista, verdadeiras fábricas de diplomas e de profissionais ineptos.

Para terminar, deixo você com uma historinha que tem como cenário uma universidade hipotética, mas que pode ser a de qualquer um de nós, de nossos filhos, irmãos e amigos por esse Brasil afora:

Era uma vez três professores:

O primeiro chegava à sala atrasado, liberava a turma mais cedo, enrolava as aulas, mas dava nota boa para todo mundo no final.

O segundo chegava e liberava a turma na hora certa, mas era um perfeito enrolador: batia papo demais (para ficar amigo dos alunos) e, quando dava aula, era um blá blá blá interminável de informações (cobradas na prova exatamente da forma como eram explicadas); não fazia chamada e, como o primeiro, dava nota boa para todo mundo.

O terceiro colocava os alunos para pensar, não dava nada mastigado, cobrava reflexão e análise crítica, e corrigia as provas com muito rigor (provas difíceis, de raciocínio), o que geralmente tinha como resultado um número significativo de notas baixas.

Agora vem a pergunta: os alunos normalmente iam à Coordenação para reclamar de qual professor?

6 - A Saúde em Pará de Minas

A mídia da informação em Pará de Minas, por mais competentes que sejam os profissionais que nela trabalham (e a maioria é), parece sofrer, muitas vezes, a influência de forças políticas ou de interesses particulares muito poderosos (aliás, como toda mídia sofre; mas acho que em Pará de Minas isso é mais evidente, pelo menos para mim).

É por isso que o leitor não deve simplesmente aceitar a notícia como se ela fosse um reflexo puro e simples da realidade, uma verdade absoluta. É preciso analisar as informações com olhar crítico, tentando captar as intenções, os interesses que podem estar por trás daquela frase, daquela ênfase em determinada informação, daquela omissão. E mesmo quando não há nenhuma intenção, um fato leva à produção de notícias diferentes nos diversos órgãos de informação da cidade, porque as pessoas que as produzem são diferentes, têm olhares diferentes, dão mais importância a um detalhe do que a outro, etc. É importante estar atento a isso.

Com relação à Saúde em Pará de Minas, por exemplo, ultimamente temos sido bombardeados com informações, depoimentos e críticas sobre o atendimento nos postos de saúde, no Pronto Atendimento e no Hospital Nossa Senhora da Conceição. Alguns órgãos de imprensa e rádios dão mais ênfase aos problemas, às queixas dos pacientes; outros, menos. Alguns parecem verificar com cuidado as fontes das informações; outros, não. Porém, ao que tudo indica, a Saúde em Pará de Minas realmente “não vai bem de saúde”, e pode melhorar muito, principalmente no atendimento às camadas menos privilegiadas da população, que dependem dos serviços públicos.

O meu enfoque, neste artigo, vai se dirigir à figura do médico, elemento chave para o entendimento de toda a questão. Eu sei que não são todos, que existem excelentes médicos em Pará de Minas, mas sinto que muitos vêem o exercício da medicina como um simples negócio, um meio de ganhar dinheiro (MUITO dinheiro), e não se preocupam com o ser humano fragilizado que está diante deles, pedindo atenção e respeito, muitas vezes em silêncio, através de um olhar, que na maioria das vezes nem é percebido pelo médico. O médico simplesmente não vê o seu paciente. Ou se o vê, não olha para ele. Abro um parêntese: (Ver = *perceber pela vista, enxergar, avistar*. Olhar = *prestar atenção, sondar, tomar conta de, ocupar-se de*).

Eu mesmo (que tenho Plano de Saúde), há alguns anos, quando comecei a sentir umas estranhas palpitações, fiz um teste ergométrico em Pará de Minas e fui muito maltratado pelo cardiologista responsável. Se não estivéssemos no Brasil, em pleno século XXI, esse médico poderia até ser comparado (é claro que com fortes ressalvas) ao Josef Mengele realizando suas experiências macabras com judeus em Auschwitz nos anos 40. Outra vez, durante a realização de um ecocardioppler (ultrassom do coração), devido às mesmas palpitações, a cardiologista me fez segurar a respiração até eu não agüentar mais, quando normalmente ela diz: “segura...”, “solta”, “segura...”, “solta”. E ainda riu, dizendo: “Foi só para ver até quando você ia conseguir segurar”. Triste, não?

Recentemente li um romance muito interessante sobre a História da Medicina, emprestado por um excelente aluno meu, do 1º período do curso de Direito: “O Físico”, de Noah Gordon. Neste livro há um pequeno diálogo que sintetiza um pouco do que eu

estou querendo mostrar aqui. Por isso, a seguir, reproduzo um trecho dele, e deixo a você, leitor, a tarefa de refletir sobre ele e tirar suas próprias conclusões.

O diálogo se passa em Londres, por volta do ano 1100:

- (...) *Os médicos ingleses têm espírito mais independente e devem ter liberdade para conduzir seus negócios – afirmou Hunne.*

- *Sem dúvida a medicina é mais do que um negócio - observou Rob delicadamente.*

- *É menos que um negócio - retrucou Hunne -, com o preço das consultas e com os borra-botas inexperientes que estão sempre chegando a Londres [referindo-se a Rob]. Por que acha que é mais do que um negócio?*

- *É uma vocação, Master Hunne -, como o chamado divino (...).*

Brace deu uma gargalhada. Mas o presidente da mesa tossiu, farto da discussão.

7 - Resultados do Enem em Pará de Minas, Itaúna e Belo Horizonte

Acabo de sair do site do MEC, onde consultei os dados do último Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – em Pará de Minas, Itaúna e Belo Horizonte. Como era de se esperar, os melhores resultados estão nas escolas particulares.

Em Pará de Minas, o primeiro lugar geral (entre escolas públicas e privadas) ficou com o Colégio Berlaar Sagrado Coração de Maria (com uma média total de 650,56 pontos, numa escala que vai até 1.000), seguido pelo Colégio Anglo (com 626,78 pontos). O Colégio São Francisco aparece na lista do INEP, mas sem nota (SC), o que não significa necessariamente que o colégio é ruim, mas que talvez não tenha participado efetivamente do Exame.

Em Itaúna, o primeiro lugar geral ficou com o Colégio Cenecista Educare de Itaúna (com 668,70 pontos), seguido pelo Colégio Sant’Ana (com 662,53 pontos), pelo “Colégio de Itaúna” (com 622,44 pontos) e pelo Centro de Atividades do Trabalhador Dario Gonçalves de Souza (com 585,32 pontos).

Todas as escolas citadas acima são particulares, e o que se pode constatar em uma breve análise comparativa dos seus resultados, é que o ensino privado de Itaúna é ligeiramente melhor que o de Pará de Minas.

Com relação às escolas públicas de ambas as cidades, as notas caem bastante. O primeiro lugar entre as escolas públicas de Pará de Minas ficou com a Escola Estadual Fernando Otávio (com 565,15 pontos), seguida pela Escola Estadual Manoel Batista (com 557,34 pontos), pela Escola Estadual Ângela Maria de Oliveira (com 537,88 pontos), pela Escola Estadual Nossa Senhora Auxiliadora (com 518,45 pontos), pela Escola Estadual Professor Wilson de Melo Guimarães (com 506,83 pontos) e pela Escola Estadual Zico Ferreira (com 485,99 pontos). Em Itaúna, o resultado é muito parecido com o de Pará de Minas, ficando em primeiro lugar a Escola Estadual Dr. José Gonçalves (com 569,08 pontos) e em último lugar a Escola Estadual Professora Gilka Drumond de Faria (com 516,59 pontos).

Voltando aos colégios particulares, numa comparação com os resultados de Belo Horizonte, notamos que o nível das escolas particulares de Pará de Minas e Itaúna fica ainda muito abaixo do de grande parte dos colégios privados da capital. O Colégio Berlaar Sagrado Coração de Maria (com 650,56 pontos), de Pará de Minas, por exemplo, só se compara, em nota, com o 24º lugar entre as escolas privadas de Belo Horizonte: o Colégio Chromos, do Bairro Nossa Senhora de Fátima, que alcançou 654,56 pontos no Enem. Já o Colégio Anglo, de Pará de Minas, só se compara com o 37º lugar entre as escolas privadas de BH: o Colégio Nossa Senhora das Dores, com 625,82 pontos.

Em Belo Horizonte, o primeiro lugar geral (entre escolas públicas e privadas) ficou com o Colégio Bernoulli (com 731,28 pontos), seguido pelo Colégio Santo Antônio (com 722,93 pontos), pelo Colégio Loyola (com 713,65 pontos), pelo Colégio Magnum (com 702,76 pontos), pelo Colégio Santo Agostinho (com 697,78 pontos), pelo Colégio Santa Marcelina (com 691,09 pontos), e muitos outros.

Com relação às escolas públicas de Belo Horizonte, o primeiro lugar ficou com o CEFET (com 686,84 pontos), seguido pelo Colégio Militar (com 685,92 pontos), pelo Coltec-UFMG (com 672,50 pontos), pela Escola Estadual Caetano Azeredo (com 594,55 pontos), pela Escola Estadual Ordem e Progresso (com 594,10 pontos), etc., etc.

Podemos relacionar esses dados, de forma geral, com a qualidade do Ensino Superior no Brasil:

Com a ampliação do número de vagas no Ensino Superior, sobretudo em instituições privadas, a concorrência nos processos seletivos tem ficado cada vez menor (em muitas instituições ela já nem existe). O problema disso é que, onde o Ensino Básico Público é ruim e a maioria das vagas nas faculdades e outras IES é preenchida por alunos oriundos desse Ensino Público de má qualidade, as instituições de Ensino Superior dessas regiões se vêem em uma situação complicada: A meu ver, elas só têm três opções: 1) Manter um nível alto de exigência sobre os alunos, sem se preocupar com eles, o que pode resultar em altas taxas de evasão e problemas financeiros; 2) Ver os alunos como “coitadinhos” e facilitar ao máximo a sua aprovação, o que pode manter um número suficiente de alunos em sala de aula, mas compromete o resultado final do processo, ao colocar no mercado profissionais de má qualidade; 3) Encontrar estratégias para compensar as deficiências dos alunos que ingressam nas faculdades, com aulas bem preparadas, ministradas por professores especialistas, mestres e doutores que tenham tido experiência no Ensino Médio; com monitorias, aulas de reforço e plantões, mantendo sempre um nível alto de exigência.

A opção 3 é a mais difícil, mas a única que, a meu ver, garantirá a sobrevivência das instituições de Ensino Superior privadas (sobretudo do interior, onde o nível da Educação Básica é pior, como constatamos acima). Só assim elas poderão obter notas razoáveis no Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes da Educação Superior – e, ao mesmo tempo, sobreviver financeiramente.

Mas o ideal seria melhorar a qualidade do Ensino Básico Público...

8 - O magnífico teatro aberto das campanhas eleitorais

Mergulhada em grande ignorância, a população brasileira começa a assistir ao magnífico teatro aberto das campanhas eleitorais. Os cenários já estão montados: comitês, fotos, adesivos, bandeiras, faixas e inúmeros perfis nas redes sociais, como Twitter e Facebook.

Luzes acesas e câmeras ligadas! Os sorrisos estampados nos cartazes são parecidos com o do Coringa, personagem do filme *Batman*, petrificados em rostos joviais e sedutores, que parecem querer dizer: “Confie em mim! Sou seu amigo!”.

E trata-se de um teatro em que os eleitores não são simples espectadores: eles participam! Alguns poucos, mais preparados politicamente, questionando, debatendo, trocando idéias com os candidatos; mas a maioria, infelizmente, como simples fantoches, manipulados pela habilidosa trama das imagens, pela complexa estrutura de marketing montada pelas empresas e profissionais da Propaganda, contratados simplesmente para atrair o maior número de eleitores possível para os candidatos.

O educador Rubem Alves, em um artigo publicado em seu site, diz que “o povo é movido pelo poder das imagens e não pelo poder da razão. Na verdade, quem decide as eleições são os produtores de imagens. Os partidos tratam de comprar, a preço de ouro, os melhores produtores de imagens. Os votos, nas eleições, dizem quem é o melhor produtor de imagens”.

Concordo com o Rubem Alves. Mas não devia ser assim. Seria maravilhoso, como ele próprio afirma, “se o povo agisse de forma racional, segundo a verdade e segundo os interesses da coletividade”.

Mas se a maioria do povo não está preparada para isso é porque lhe falta (entre outras coisas) uma educação de qualidade. No precário sistema educacional brasileiro, faltam professores competentes, capazes de conduzir um ensino investigativo, analítico e crítico, que possa formar um cidadão participativo, consciente dos seus direitos e deveres, e não simplesmente uma mão de obra barata e dócil, incapaz de questionar.

E a ignorância facilita muito o trabalho dos produtores de imagens e suas práticas de engano nas campanhas eleitorais. Manipular uma simples massa de manobra é muito mais fácil do que convencer uma população educada e crítica, que lê e analisa o que lê; que assiste aos noticiários e critica as imagens construídas, as interpretações e intenções por trás das cenas e discursos.

Infelizmente, quem se enquadra nesse perfil ideal de eleitor é apenas uma elite no Brasil (que, na maioria das vezes, vai defender os seus interesses de classe). São os que estudaram em colégios particulares na capital (porque os do interior não são tão diferentes dos colégios públicos, devido à carência crônica de bons professores), ou aqueles que, mesmo predestinados à ignorância, conseguiram superar os enormes obstáculos de sua condição e se autoeducaram na luta pela Cidadania.

Prezado eleitor de Pará de Minas... Não se deixe seduzir pelas imagens, pelos sorrisos, pela “bondade” de candidatos que, na maioria das vezes, querem apenas o seu voto. Tente separar o joio do trigo e identificar quem é mais sincero, mais verdadeiro, quem

realmente se preocupa com a coletividade e não com o seu próprio patrimônio (ou de parentes e amigos) e com o seu próprio poder. Olhe bem nos olhos daquele que aperta a sua mão, que te abre um sorriso, que te dirige algumas palavras de simpatia, de solidariedade, de amizade. Tente distinguir a verdade da pura encenação, a sinceridade da simples estratégia de propaganda. Não se venda. Não seja enganado...

E que Deus nos abençoe.

9 - Sobre como é importante encontrar a melodia certa

Às vezes eu observo alguns pais buscando seus filhos pequenos na escolinha onde estuda a minha filha e fico pensando se eu não estaria também transformando meus filhos em pequenos narcisistas do consumo, obcecados em serem sempre os primeiros, a terem sempre os melhores brinquedos, as melhores roupas, os melhores materiais. O que muitas vezes eu observo é um excesso de atenção, uma preocupação exagerada com a criança, como se ela fosse o centro de tudo e seu desejo quase uma ordem para aqueles pais encantados, de riso abobalhado e brilho cintilante nos olhos. Ao vê-los acompanhando seus príncipes e princesas de aura dourada pelo pátio da escola, sou invadido às vezes por uma estranha sensação de culpa, como se eu estivesse errado por não tratar meus filhos como se eles fossem infantes de uma rica corte européia do século XVII. Mas felizmente logo essa sensação passa e me vejo fazendo uma análise diferente: não estaria eu, ao contrário, me aproximando desses pais? Não estaria eu também transformando meus filhos em seres obcecados com a aparência e com o sucesso sem cheiro e sem sabor da sociedade capitalista que nos domina? O veredicto que dou a mim mesmo é quase sempre INOCENTE. Não trato meus filhos como se eles fossem os centros do universo, príncipes e princesas com direito a tudo do bom e do melhor para se destacarem, para brilharem mais que os outros. Amar não é o mesmo que comprar coisas para os filhos, cercá-los de cuidados, protegê-los de críticas e forçá-los a buscar sempre o topo, os altos cumes da hierarquia social, as melhores profissões, as melhores posições. Amar é estar presente, dar atenção e orientar os filhos para que sejam felizes e sigam o seu coração, pensando no que é melhor para a sua vida, mas também no bem comum, junto aos outros, em harmonia e comunhão fraterna com o próximo.

Muitas crianças educadas para serem “as melhores” realmente conquistaram altas posições sociais: são médicos, advogados, juizes, promotores, empresários. Mas será que todas elas seguiram o seu coração? Será que todas aproveitaram as oportunidades que a vida lhes proporcionou para se doarem, para serem generosas com os mais necessitados, sem esperar nada em troca? Ou será que elas simplesmente seguiram uma ordem de marchar ditada pelo senso comum – essa zona de conforto cheia de metas prontas, de objetivos pré-traçados: “Seja isso, faça aquilo, conquiste isso, conquiste aquilo, agora suba mais um pouco, mais um degrau, isso, agora mantenha essa estratégia, não abra a guarda, fique atento, etc.”?

Talvez isso ajude a entender por que alguns médicos e outros profissionais bem situados na escala social (sobretudo altas autoridades do poder público) coloquem o seu próprio sucesso e o seu próprio patrimônio acima de tudo e tenham tão pouca sensibilidade para com os sofrimentos dos pobres. Alguns desses profissionais devem ter sido príncipes e princesas quando crianças: mimados, paparicados, cercados de cuidados e presentes, elogiados, exaltados, e ao terem recebido a “ordem de marchar” e a aceitado como o único caminho a seguir, devem logicamente ter iniciado uma escalada inexorável em direção aos altos cumes do sucesso profissional, aos brilhos da glória – para a inveja dos “fracassados”. E muitos desses “fracassados” também devem ter sido príncipes e princesas, ter recebido a mesma ordem de marchar do senso comum e simplesmente “fracassado” (o que certamente deve ter causado muito sofrimento e frustração).

Para meus filhos, espero que as palavras “sucesso” e “fracasso” estejam sempre entre aspas, já que seus significados são relativos. Se ao invés de seguirem a ordem do senso

comum (as metas predefinidas pelo sistema capitalista), eles seguirem o seu coração, talvez não sejam médicos, juizes ou grandes empresários, mas sejam felizes – VERDADEIRAMENTE felizes (de uma felicidade autêntica, que vem de dentro, e não do meio social). Não quero que eles, aos 50 ou 60 anos, em um momento de lucidez do espírito (raro entre os que atingiram o “topo”), se arrependam de não terem seguido o seu coração: como o personagem de Irvin D. Yalom no livro *Quando Nietzsche chorou*, que, num desses momentos, afirma: “Muitas vezes, sinto-me desorientado: as antigas metas deixaram de funcionar e perdi o dom de inventar metas novas. Quando penso no fluxo de minha vida, sinto-me traído ou enganado, como se tivesse sido vítima de uma piada celestial, como se tivesse esgotado minha vida dançando à melodia errada”.

Caro leitor, procure orientar seus filhos a encontrarem a “melodia certa” para o curto período de tempo que passarão neste mundo (na melhor das hipóteses, o que são 80, 90, 100 anos?), e que eles possam, ao fim da vida, cantar a bela canção Viver, Amar, Valeu (que eu recomendo a você, do fundo do meu coração). Clique no link, ouça a melodia e preste atenção na letra. É muito bonita!

10 - Enem: os primeiros lugares são realmente os melhores?

Hoje, no começo da tarde, estava eu ligado no Twitter quando vi o link enviado pelo meu amigo Djavan Laurentys mostrando o ranking geral das escolas no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem 2009, publicado pelo site da *Revista Veja*. O primeiro lugar no ranking nacional ficou com uma escola particular da cidade de São Paulo, o Colégio Vértice, que fez 749,70 pontos, numa escala que vai até 1.000. Ao clicar no nome da escola, a gente tem acesso a alguns dados interessantes; por exemplo: o número de alunos que participaram do exame. No caso dessa escola, que ficou em primeiro lugar no Brasil, 37 alunos participaram, de um total de 62 matriculados para o exame. No caso do terceiro lugar geral, o Colégio São Bento, da cidade do Rio de Janeiro, 91 alunos participaram, de um total de 93 matriculados. No caso do sexto lugar, o Colégio Olimpo, de Brasília, apenas 11 alunos participaram, de um total de 21 matriculados. Já no caso do Colégio Bernoulli, de Belo Horizonte, que ficou em 8º lugar no ranking nacional, 180 alunos participaram, de um total de 239 matriculados.

Em Pará de Minas, o 1º lugar na cidade, o Colégio Berlaar Sagrado Coração de Maria (que ficou em 108º lugar em MG e em 720º lugar no Brasil) participou com 11 alunos, de um total de 15 matriculados para o exame. Mais ou menos a mesma coisa aconteceu com o 2º lugar em Pará de Minas, o Colégio Anglo (que ficou em 219º lugar em MG e em 1534º lugar no Brasil): 10 alunos participaram do Enem, de um total de 20 matriculados. No caso do 3º lugar na cidade, a Escola Estadual Fernando Otávio (que ficou em 743º lugar em MG e em 5063º lugar no Brasil), 212 alunos participaram, de um total de 542 matriculados para o exame.

Diante disso, as perguntas que devem vir à cabeça de qualquer cidadão que analisa esses dados de forma crítica são as seguintes: Como se define quem participa e quem não participa do Enem em cada escola? Entre os alunos matriculados para o exame, faz a prova quem quiser? Será que se um número menor e mais selecionado de alunos do Colégio Bernoulli de BH (8º lugar no Brasil, com 180 alunos participantes) tivesse feito a prova, a posição desse colégio no ranking nacional subiria? E se um número maior e menos selecionado de alunos do Colégio Vértice de São Paulo (1º lugar no Brasil, com 37 alunos participantes) tivesse feito a prova, a posição desse colégio no ranking nacional cairia? E em Pará de Minas? Qual seria a posição do Colégio Berlaar e do Colégio Anglo se um número maior de alunos tivesse participado? E se o Colégio São Francisco tivesse participado efetivamente do exame, em que lugar ficaria? E a posição da Escola Estadual Fernando Otávio, caso apenas, por exemplo, os 30 melhores alunos tivessem feito a prova? Será que ela subiria no ranking de Pará de Minas, de MG e do Brasil?

Estas são perguntas legítimas, que merecem uma atenção especial, pois fica parecendo (como a mim pareceu, quando escrevi um artigo anterior nesta coluna sobre esse mesmo assunto), que a escola que ficou em 1º lugar é simplesmente a melhor, ou seja: tem um ensino melhor. E não é tão simples assim.

Não acho exagerado afirmar que a Educação no Brasil está em crise e que as melhores escolas do país estão reservadas a quem tem dinheiro (ou seja, a uma minoria). No caso do Colégio Vértice, de São Paulo, por exemplo, segundo a Folha online, em matéria publicada em 2007, os alunos do 3º ano (eram duas turmas apenas: uma com 27 e outra com 28 alunos) tinham aulas todas as manhãs e todas as tardes e pagavam uma

mensalidade de R\$2.095,00. Era uma escola pequena, com apenas 210 alunos no Ensino Médio, onde os professores tinham uma presença constante no cotidiano escolar, com um atendimento personalizado aos alunos (e eram muito bem remunerados para isso). O diretor da escola na época, o físico e administrador Victor Koloszuk, afirmava que o que fazia a diferença era a mistura de competências: “Não seria justo impor a todo o grupo de alunos uma dinâmica de laboratório exaustiva. Prefiro juntar quatro professores, um de História, outro de Literatura, um de Filosofia e outro de Ciências, e abrir uma discussão coletiva. É muito mais interessante para os alunos e para o processo educacional”.

[Discussão! Como eu gosto desta palavra! E não vou me cansar de afirmar: Falta debate, discussão, análise e reflexão na maioria das nossas escolas. Faltam professores com condições intelectuais e financeiras para conduzir um ensino investigativo, que cultive o senso crítico e analítico de cada aluno].

Hoje, o número de alunos e a concorrência para entrar no Colégio Vértice aumentaram, bem como o valor da mensalidade: os alunos do 3º ano chegam a pagar (ou melhor, seus pais ricos) R\$2.756,00 por mês, segundo matéria recente, publicada no site G1.

E, voltando: Não acho exagerado afirmar que o Ensino Básico Público no Brasil é, no geral, de má qualidade, e que o salário pago aos professores nesse Ensino é uma vergonha nacional (o que, sem dúvida, está afastando os estudantes das licenciaturas. Já faltam professores de Física, Matemática, Biologia, Ciências, História e Geografia no Brasil, e as inúmeras vagas que existem vêm sendo preenchidas por quem não é formado na área).

[Segundo dados publicados em novembro de 2009 no site da Organização das Cooperativas brasileiras, o Colégio Vértice, 1º lugar no Enem 2009, pagava a seus professores, em média, R\$6.000,00 por mês (dados mais recentes, publicados no site G1, corrigem esse valor para R\$7.000,00). Já o Colégio Bandeirantes, de São Paulo, 2º lugar no ranking nacional do Enem 2008, pagava a seus professores em 2009, por 35 horas semanais de aula, mais de R\$8.000,00. “Acreditamos na filosofia de que o professor é a escola”, afirma o diretor do Colégio Bandeirantes].

Enfim, não é exagerado afirmar que a Educação no Brasil é elitizada e injusta, mas não podemos simplesmente tomar ao pé da letra o resultado do Enem e decretar, sem qualquer análise, que o 1º lugar tem o melhor ensino do Brasil. Trata-se de uma excelente escola, com certeza, mas temos que ter muito cuidado com os detalhes que compõem esse resultado para não tirarmos dele conclusões apressadas.

11- Proibido para menores

A primeira vez que eu assisti a um filme pornô foi em 1988, quando eu tinha treze anos e cursava a sétima série do Ensino Fundamental. Quem conseguiu o filme foi um colega de sala, que conhecia a moça da locadora e convenceu-a, sem muita dificuldade, a nos alugar a fita. Fomos então para a casa dele, junto com mais um colega, os corações disparados [a gente nem tinha “cabelo debaixo do braço”, como se dizia], para assistir a *New Wave Hookers*, hoje considerado um clássico do pornô. [A mãe dele não estava em casa e a irmã tinha ido fazer um trabalho de escola na casa de uma amiga].

Ficamos impressionados com o filme! Nunca tínhamos assistido a cenas de sexo explícito, apenas imaginado o que acontecia e folheado as revistas *Ele & Ela* ou *Playboy* que nossos pais insistiam em esconder naqueles lugares mais óbvios, talvez querendo que a gente as encontrasse. Mas aquilo era bem diferente! E hoje, analisando minhas incursões posteriores pelo universo da pornografia [e aquela moça da locadora foi substituída por outras ainda mais maleáveis], posso afirmar, com muita tranquilidade, que o fato de eu ter assistido tão precocemente a cenas de sexo explícito não contribuiu em nada para o meu amadurecimento psicológico e sexual. Diria até que o prejudicou, pois a obrigação machista de perder a virgindade aos quinze ou dezesseis anos passou a ser associada, na minha mente, a uma imagem tão clara quanto irreal de como aquilo deveria acontecer. Só para começo de conversa, uma coisa era impossível de ser resolvida: o meu pinto não chegava nem aos pés daquelas monstruosidades que a gente via nos filmes, órgãos que, inocentemente, a gente achava serem de tamanho normal. E as mulheres? Minha maior preocupação era se eu daria conta daquelas loucas devassas que, aos gritos, se jogavam sobre os homens como se fossem arrancar seus couros com unhas e dentes.

Dessa imagem falsa vieram os medos irracionais e as frustrações em grau muito mais acentuado do que o normal, até eu descobrir o amor e perceber que aquilo tudo não tinha nada a ver com o prazer verdadeiro de estar com alguém que te conhece e te faz feliz, não só na cama, mas na vida, numa relação de troca e companheirismo.

Hoje, a pornografia tradicional está em crise. Muitas produtoras de filmes pornográficos, acostumadas a produzir apenas para as videolocadoras, estão perdendo espaço para os sites, que disponibilizam gratuitamente o que os punheteiros de plantão mais apreciam: milhares de cenas curtas para baixar no computador, com inúmeras opções: loiras, morenas, coroas, gordas, gordinhas, negras, ruivas, orientais, etc., etc. E isso é o mínimo que podemos dizer sobre o que está disponível hoje, para quem quiser (seja criança, adolescente ou adulto), na rede mundial de computadores.

É de morrer de rir aqueles avisos que eles colocam nos sites: “O conteúdo deste site é impróprio para menores de 18 anos. Se você ainda não completou 18 anos, não prossiga”. Se em 1988 a gente montava quase uma operação de guerra para assistir a uma fita pornô, sabendo que era proibido, que a moça da locadora podia ser descoberta e nossos pais informados de tudo, será que em 2010 um adolescente com os hormônios à flor da pele vai se importar com um aviso inútil que aparece na tela do computador e não prosseguir? Será que ele vai dizer “Ah, que pena... Eu só tenho quinze anos... Não vou poder continuar...”? E aqueles sites que pedem para você clicar no ano do seu nascimento? Com certeza, a maioria dos adolescentes de doze, treze ou quatorze anos

que entram nesses sites afirmam ter nascido em 1970, 1975 ou 1980. É só escolher um ano qualquer, anterior a 1992, e entrar, sem problema.

Posso parecer antiquado e conservador para alguns libertários acostumados com meus arroubos em defesa da democracia e da justiça social, mas acho preocupante essa facilidade de acesso à pornografia *on-line* hoje em dia. Em 2005, por exemplo, quando eu lecionava na oitava série de uma escola particular em Pará de Minas, surpreendi um grupo de alunos (de treze e quatorze anos) comentando as cenas que eles tinham assistido em um determinado site de sexo explícito.

Isso não é preocupante? Que imagem esses jovens vão ter do sexo? E da família? Sem contar o perigo de se verem envolvidos com maníacos sexuais e pedófilos, e também de se viciarem em pornografia [pois a pornografia vicia tanto quanto álcool, nicotina ou maconha, destrói famílias e transforma profissionais brilhantes em pessoas incapazes para a vida].

Caro leitor, muita atenção ao que seus filhos acessam na internet. É muito importante colocar limites e procurar utilizar ao máximo as tecnologias que existem para bloquear sites impróprios, mesmo sabendo que os jovens de hoje conseguem encontrar brechas e programas para quase tudo dentro da rede. Mas o mais importante é o diálogo e a sua presença na educação dos seus filhos. Eu, que tenho uma filha de cinco anos e um filho de um ano e meio, ainda não estou vivendo esse problema, mas já penso nele com um certo frio na barriga, pois se hoje as coisas estão assim, como estarão daqui a oito ou dez anos?

Mas vamos ser otimistas! Quem sabe os nossos representantes no Congresso (que são muito bem pagos para defender os nossos interesses) não encontrem mecanismos mais eficazes para controlar a pornografia na internet? Será possível?

12 - Sobre como é fácil condenar os outros

É incrível a facilidade com que condenamos os outros. Se a pessoa te lança um olhar meio atravessado, te repreende ou te trata de uma forma arrogante e mal educada, quase sempre ela se transforma, para você, a partir desse dia, em um ser humano desprezível. Muitas vezes, tudo aquilo que essa pessoa fez de bom na vida é apagado da perspectiva que você tinha dela, aparecendo apenas o que, na sua visão, ela fez de ruim, de condenável. É assim que você justifica e alimenta o seu desprezo por ela. E o pior é que muitas vezes você faz circular essa imagem, trazendo para o seu lado amigos, parentes e conhecidos que, com base nessas impressões fluidas, acabam formando suas opiniões.

Condenar uma pessoa é fácil. Difícil é se colocar no lugar dela [o que eu chamo de *exercício de compaixão*] e procurar entender o seu lado. Nessas horas, o ser humano costuma olhar apenas para si mesmo, para o seu orgulho ferido, para a sua humilhação (ou do parente ou amigo), e se esquece do outro e da sua interpretação das coisas. E a partir daí, a pessoa passa a ser simplesmente “a orgulhosa”, “a egoísta”, “a malvada”, digna do desprezo de todos.

Os fatos novos que surgem sobre essa pessoa e que vão contra essa imagem ruim acabam sendo desprezados por você. Na imagem depreciativa só cabem fatos que justificam a condenação. Isso é muito comum: “Pessoal, eis aqui a conclusão. Que fatos podemos reunir para confirmá-la?”. Quando o correto seria: “Aqui estão todos os fatos que conseguimos reunir. Que conclusão nós podemos tirar deles?”.

Mas o mais grave, a meu ver, é quando alguém constrói uma imagem depreciativa sobre uma pessoa com o objetivo de derrubá-la, para tomar o seu lugar, ou por pura vingança pessoal. Penso que esse tipo de atitude revela, além de um espírito medíocre, um grau acentuado de degenerescência moral.

E o interessante é que o contrário também acontece. Existem casos em que a esposa apanha do marido quase toda semana, sendo por ele tratada como um objeto de desejo ou uma simples escrava, mas mesmo assim ela procura criar (para ela e para os outros) uma imagem positiva desse homem. Será medo? Comodismo? Burrice? Amor? [É possível amar assim?].

Caro leitor, por hoje é só. Deixo você com uma bela citação do escritor português Eça de Queiroz (1845-1900), que ilustra bem o nosso tema:

“Assim passamos o nosso bendito dia a estampar rótulos definitivos no dorso dos homens e das coisas. Não há ação individual ou coletiva, personalidade ou obra humana, sobre que não estejamos prontos a promulgar rotundamente uma opinião bojudada. E a opinião tem sempre, e apenas, por base aquele pequenino lado do fato, do homem, da obra, que perpassou num relance ante os nossos olhos escorregadios e fortuitos”.

13 - Histórias de Práticas Educativas

Para mim, até hoje é um mistério a minha paixão pela história. No Ensino Fundamental (de 5ª à 8ª), durante as aulas de história, a gente lia o livro didático em voz alta. Cada aluno lia um pedacinho, enquanto a professora ia perguntando, depois de cada leitura: “Entenderam?”. [O livro era péssimo, a gente não entendia nada, mas dizia que entendia]. Terminada a tortura, vinha o Questionário: uma série de perguntas passadas no quadro junto com as respostas [Isso mesmo! A professora passava as perguntas e as respostas!], que a gente copiava e decorava para a prova (que não era nada mais do que o próprio Questionário!). Eu tirava 100 em história todo ano e não sabia nada! [Às vezes me dá vontade de processar essa escola pelo tempo que ela me fez perder na vida com tanto absurdo pedagógico!]. E os mapas de geografia? Nós éramos obrigados a decorar os nomes de praticamente todos os rios do Brasil, porque tínhamos uma prova de mapas! A professora entregava as folhinhas mimeografadas, com aquele monte de desenhos e traços irregulares, e a gente preenchia tudo rapidamente, porque o efeito da decoreba passava num minuto. [E de tudo isso, só me lembro mesmo do Rio Amazonas e do Rio São Francisco!]. E as aulas de “danças e teatros” e “educação moral e cívica”? E as de “radicais gregos e latinos”? Terríveis! Era só matéria passada no quadro e a gente copiando e decorando, copiando e decorando, copiando e decorando..., e depois reproduzindo a mesma coisa nas provas. [Abro uma exceção para a professora de matemática, pois fazendo uma análise retrospectiva das suas aulas, sinto que ela pelo menos tentou fazer a gente pensar e raciocinar um pouco. Só que, como eu detestava (e ainda detesto) matemática, essa professora não me marcou tanto, como teria marcado (positivamente) a professora de história, se aqueles quatro anos tivessem sido diferentes...].

Depois, no Ensino Médio, fui para a CEDAF, em Florestal, para me tornar Técnico em Agropecuária. Aprendi muita coisa que me serviu (e ainda me serve) para a vida, mas não exerci a profissão, porque não era aquilo que eu queria. Ali tive um professor de história que era do PT, e por mais que eu achasse interessante acompanhar suas críticas ao capitalismo e à burguesia, senti falta da história propriamente dita, de seus processos, guerras e revoluções. Depois, em 1993, fui para BH, onde fiz cursinho pré-vestibular. Ali tive bons professores, inclusive a de história, Rosana Chatti, e o de geografia, Rogério Kalab, que despertaram em mim um grande interesse pelas ciências humanas. Mas confesso que não sei dizer se foram eles que me levaram a optar por fazer história...

O fato é que segui a voz do meu coração, nadei contra uma forte corrente de opiniões, que queriam que eu fizesse direito ou administração, e passei no vestibular de história na UFMG. Cursei licenciatura, e não me arrependo. Tive excelentes professores, que me fizeram perceber que os anos passados naquela escola de elite em Pará de Minas foram uma perda de tempo, e que era possível levar o aluno a refletir sobre a realidade e construir conhecimento.

Hoje, aquela escola que me marcou tão negativamente nos anos 80 mudou muito. Na verdade, é uma outra escola, uma das melhores da região. Mas mesmo depois de tanto tempo, seus muros, corredores, pátios e salas representam para mim a opressão, o desprazer, a angústia, aquela vontade louca de chegar logo a hora de ir embora e me ver livre daqueles professores. Sinto calafrios toda vez que passo por ali e me recordo de

algumas cenas desse passado que, embora longínquo, ainda está muito presente em mim. Espero um dia conseguir curar essa ferida.

Aproveitando o ensejo, convido todos os professores a se unirem numa luta contra a concepção “bancária” da educação, tão bem definida por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*: “Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação”. Aqui, Freire faz uma comparação com um banco que recebe depósitos de clientes. Nesse caso, o banco é o aluno, e os depósitos são as verdades transmitidas pelo professor, que devem ser arquivadas (memorizadas) pelos alunos. “O educador será tanto melhor educador quanto mais conseguir ‘depositar’ nos educandos. Os educandos, por sua vez, serão tanto melhores educados, quanto mais conseguirem arquivar os depósitos feitos”.

Chega disso! Acabou! Tais práticas pedagógicas não têm mais sentido! Hoje, nós professores precisamos é nos unir para formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de pensar por si próprios, para não serem manipulados por propagandas políticas e interesses privados hipócritas e demagógicos!

Para terminar, gostaria de relatar rapidamente uma prática pedagógica que comecei a adotar este semestre no curso de Pedagogia da FAPAM, onde leciono a disciplina “História da Educação no Brasil”: Estamos lendo alguns artigos do livro *Histórias de Práticas Educativas*, uma coletânea de textos produzidos por alunos do Mestrado e Doutorado em Educação da UFMG, publicada em 2008. Nas aulas, eu não explico os textos, mas desconstruo-os (desmonto-os, disperso-os, faço-os explodir), evidenciando o seu processo de produção, para que os alunos entendam que aquilo não é a verdade, mas uma construção intelectual, fruto de um posicionamento bem específico do seu autor. Ao mesmo tempo, de 15 em 15 dias, a gente se reúne para construir os nossos próprios textos, numa “Oficina de Escrita Científica”: cada grupo desenvolve um tema diferente, à sua escolha, seguindo as regras básicas da construção de textos monográficos e algumas técnicas criadas por mim durante a escrita da minha tese de doutorado em história.

Espero, com isso, contribuir para despertar em meus alunos a curiosidade e o senso crítico necessários para a construção de um mundo melhor.

14 - Mitos patafufos

Na minha infância, meus pais e professores me ensinaram que na época do ouro surgiu aqui um povoado, em um ponto de parada para viajantes, às margens do Ribeirão Paciência, e que nele fixou-se um mercador português chamado Manoel Batista, apelidado de “Pato-fofo”, por ser baixo e gordo. Aquela casa onde hoje é o Museu Histórico tinha sido a sede da sua fazenda, que ele explorou, vendendo os gêneros produzidos no mercado local.

Mito ou história? Mito, sem dúvida (pelo menos por enquanto), mas não podemos nos esquecer que alguns mitos também têm história, que são construídos em determinados contextos, em meio a campos de força marcados por interesses os mais variados, que podem influenciar a criação de inúmeras representações e tradições. Mas aqui não é lugar para Teoria da História ou Antropologia Cultural.

Vamos então ao que interessa: ao mito de Manoel Batista, o Patafufo.

“Mercador português”. Claro! Manoel só pode ser português. E por que mercador? Porque a atividade comercial combinava perfeitamente com a imagem que se queria construir da cidade, de um núcleo urbano próspero e desenvolvido.

[Às vezes eu penso que se Manoel Batista tivesse sido um escritor português, amante da boa literatura, talvez nossa história fosse diferente].

Parece que alguns pesquisadores da região estão na pista do Manoel Batista, mas até agora não li nada que me convencesse de que esse personagem realmente existiu. Se existiu, será que era mesmo português? Por que Patafufo? Ele morou mesmo naquela casa? Não dá para saber, pois faltam documentos, provas, peças de um quebra-cabeça que insiste em não se formar.

E se o Patafufo não existiu? Quem vai se importar? E se existiu, vai fazer alguma diferença para a população de Pará de Minas saber se ele foi gordo ou magro? Se ele foi português ou mameluco? Se ele morou ou não na velha casa da rua que recebeu o seu nome?

Se os nossos historiadores descobrirem alguma coisa, o que vai acontecer, no máximo, é uma ou duas matérias na mídia local, uma ‘Quarta no Museu’ especial, com fotos, coquetel e a presença de alguns políticos – para criar uma sensação de novidade e badalação –, algumas aulas de história de qualidade duvidosa tentando explicar a verdade, etc. E logo depois o Silêncio. E se mudar o prefeito, o Túmulo, a Tumba definitiva, pois não se pode falar de coisas boas relacionadas à administração passada, ainda mais se ela tiver sido da oposição.

Posso estar enganado, mas acho que quase ninguém vai ler a “Verdadeira história do Patafufo”, caso ela chegue a ser escrita. Por que eu acho isso? Porque em Pará de Minas quase ninguém lê nada, essa é a triste realidade. O mito já está pronto e fácil de ser entendido. Para quê complicar? O mercador português está até no pote da manteiga! Ninguém quer saber se a história é outra! E se tiver que ler um livro contando essa história, então, aí é que ninguém vai querer saber mesmo! Ler livro? Nem pensar!

E Pará de Minas tem outros mitos interessantes. O de Benedito Valadares, por exemplo. Nesse caso, o personagem realmente existiu: tem certidão de nascimento e de óbito, não dá para contestar. Mas isso não o impede de ser também um personagem mitológico da nossa cidade, fruto de uma construção que se deu, sobretudo, através da simplificação e da omissão.

Os historiadores sabem que a trajetória política de Benedito Valadares nos anos 30 e 40 se confunde com a história de um dos governos mais sanguinários que o Brasil já teve: a Ditadura do Estado Novo, que perseguiu, torturou e matou muita gente entre 1937 e 1945. Benedito Valadares foi cria dessa ditadura, e, mesmo que indiretamente, sujou suas mãos com o sangue por ela derramado, desrespeitando os direitos fundamentais dos cidadãos. E o povo nem o escolheu para governar Minas Gerais! Valadares foi primeiramente eleito pela Assembléia Legislativa do Estado e depois nomeado interventor pelo presidente-ditador Getúlio Vargas.

Mas esses dados não aparecem na narrativa do mito, pois não interessa ao Poder que eles sejam revelados e sujem a imagem tão bem construída de um dos nossos mais ilustres conterrâneos.

E assim vamos vivendo, de hipocrisia em hipocrisia...

15 - Botecos patafufos

Eles estão espalhados por toda a cidade. Qualquer portinha aberta com uma luzinha acesa pode ser a entrada de um deles. Lá dentro, homens (a maioria) sentados em cadeiras e tamboretas, no balcão, em mesas, bebendo cerveja, cachaça e beliscando carne cozida com mandioca, linguiça, bola de carne com farinha ou qualquer outro tira-gosto. São os botecos patafufos. E não importa o dia ou a hora. Tanto nos finais de semana, à noite, quanto em qualquer outro dia e horário, seus freqüentadores marcam presença: conversam, bebem, fumam, comem, assistem a jogos de futebol, jogam sinuca ou cartas. É a diversão deles. Não sou contra. Mas não gosto. E confesso que vejo com preocupação o botequim se tornar a única diversão de pais de família que, ao invés de estarem com seus filhos, ajudando a educá-los e participando da vida deles, ficam sentados bebendo e jogando conversa fora com os amigos quase todas as noites, depois do trabalho, e todos os finais de semana, às vezes do raiar do dia até altas horas da noite.

Num desses sábados, no programa Supernanny, a coitada da mãe desabafou para a babá mais chique do Brasil: “Você tá vendo ele ali? Ele só tá aqui hoje a essa hora porque você veio. Se fosse um dia normal, ele taria no boteco com os amigos, que é para onde ele vai todos os dias depois do trabalho e só volta quando as crianças já dormiram”. A babá não aguentou tanta falsidade. Chamou o desgraçado num canto, com a câmera ligada, e passou o maior sabão nele, envergonhando-o [pelo menos espero] diante do Brasil inteiro. E a mãe lá, toda desgrenhada, coitada, com a responsabilidade da casa inteira nas suas costas, lavando, passando, cozinhando e ainda tentando educar três filhos que mais pareciam gremlins endemoniados.

E ainda tem o problema do alcoolismo, que é mais grave. Para citar um exemplo que eu conheço bem, há dois anos meu tio morreu de tanto beber. Desde adolescente, ele passava praticamente todo o seu tempo livre em botecos. Casou-se, teve um filho, mas a família foi aos poucos se desintegrando, pois o vício envenenava o relacionamento e prejudicava o trabalho. Ele ficava desempregado, e ao invés de procurar emprego, ia para o boteco beber; roubava, batia na mulher, era um inferno. Por fim, a mulher e o filho saíram de casa.

Na última década de vida do meu tio, o boteco continuou sendo o seu lugar favorito, e até hoje eu não consigo entender como é que o dono do bar que ele mais freqüentava, sabendo da sua desgraça, continuava vendendo pinga para ele, aceitando até cadeiras, mesas, cortinas, rádios e outros objetos como pagamento de dívidas em atraso. Pois meu tio já não trabalhava mais. Fazia alguns bicos aqui e ali, e minha mãe levava comida e roupas [que muitas vezes ele vendia para poder comprar cachaça] e pagava uma faxineira para limpar a casa de vez em quando. A família tentou de tudo, mas não teve jeito. Ele passou por três fazendinhas de recuperação, mas fugiu de todas. E sempre quando ele voltava para casa, o boteco estava lá na esquina, à sua espera, com seu piso sujo de quinta categoria, seu balcão de madeira velha, suas garrafas de cachaça enfileiradas em prateleiras cobrindo paredes pretas de tanta gordura e sofrimento, sua televisão vagabunda ligada 24 horas, e sentados bebendo, fumando, conversando e grunhindo, os seus zumbis: jovens, velhos, muitos pais de família, entregando suas vidas e lares ao vício, sob o olhar inocente do dono do bar, essa figura sombria que até hoje eu não entendo.

Por isso eu não gosto de botecos. E acho que Pará de Minas tem botecos demais. Quantos? Não sei. Mas são muitos, inúmeros, talvez centenas. Se me perguntassem quantas livrarias, eu saberia: uma (pouco frequentada). E teatros? Nenhum. E cinemas? Um (pouco frequentado).

Preciso dizer mais alguma coisa?

16 - Você se lembra do Pirata do Espaço?

Em 1983 eu tinha 8 anos, morava na Rua Caeté, no Bairro São Francisco, e não perdia um único episódio do desenho japonês *O Pirata do Espaço*, que era exibido na extinta Rede Manchete, no programa “Clube da Criança” (apresentado pela Xuxa), sempre no período da tarde. Esse desenho marcou muito a minha infância. Eu até inventava histórias com os personagens e registrava tudo em cadernos, onde eu ilustrava as cenas e coloria os desenhos com muito capricho. Era muito legal.

Mas hoje eu vejo que aquele desenho não era apropriado para crianças. Era muito violento. Os vilões, em cada episódio, morriam queimados, eletrocutados ou esfaqueados, e sempre com muito sangue, gritos e desespero. As histórias eram carregadas de elementos trágicos: casal morre assassinado e filha carrega no coração um terrível desejo de vingança; jovem vai para o lado do mal e acaba sendo morto pelo próprio irmão; amigos de infância lutam até um matar o outro, etc. A violência era explícita: muitas mortes [as naves inimigas explodiam e os vilões apareciam em cena gritando enquanto eram consumidos pelo fogo]; soldados inimigos eram atingidos por raios que atravessavam seus peitos, fazendo espirrar sangue pra todo lado; crianças morriam assassinadas, outras perdiam seus pais de forma violenta, etc. [Por exemplo: no episódio “A morte bate em minha porta”, narra-se o drama do garoto Masato, que perde os pais num ataque inimigo e é contaminado pela radiação das armas, o que lhe causa uma doença degenerativa, que vai levá-lo à morte no mesmo episódio].

Criado em 1976, no Japão, com 36 episódios de 24 minutos, *O Pirata do Espaço* começou a ser exibido no Brasil em 1983, no programa da Xuxa. Suas histórias mostravam as batalhas travadas pelo Pirata do Espaço, uma nave-robô cheia de armas mortais, comandada por Rita (uma extraterrestre, filha do inventor do robô, que havia sido assassinado pelos seus inimigos) e por Joe (um piloto japonês), em defesa da Terra, que estava sendo invadida pelo Império Gailar. Esse império extraterrestre era comandado pelo terrível e impiedoso imperador Geldon, que mandava matar, a sangue frio, qualquer um que ameaçasse seus planos megalomaníacos de conquista e destruição. Em cada episódio, sempre no início, aparecia a incrível fortaleza voadora inimiga Gelmus, que lançava sobre o Japão uma nave-robô, comandada por um piloto que era a maldade em pessoa. Era quando entrava em ação o Pirata do Espaço, para defender os terráqueos dos terríveis extraterrestres.

Quem tem hoje 35 ou 36 anos deve se lembrar muito bem de *O Pirata do Espaço*. E eu pergunto a você, leitor nostálgico: Como podia ser permitida a exibição de um desenho daqueles em um programa chamado “Clube da Criança”, em pleno dia? As crianças adoravam, mas elas não sabiam que aquilo era prejudicial (ou não era?). Para mim não há dúvida: aquele desenho incitava a violência e abalava o psicológico da criança. E não era só o desenho. Lembro-me também de brinquedos violentos, como a metralhadora que lançava faíscas vermelhas quando a gente apertava o gatilho; os populares revólveres de espoleta; o kit policial, com cassetete, algemas e revólver, e muitos outros.

E hoje? Hoje, desenhos e brinquedos violentos são coisas do passado, fora de moda. Crianças e adolescentes do século XXI se abastecem de violência principalmente nos jogos de computador e na internet. Qualquer criança ou adolescente pode ter acesso a

sites pornográficos [como eu mostrei na minha crônica “Proibido para menores”], mas também a sites de violência explícita. E eles são muitos na rede.

Estou conectado num deles agora. É simplesmente horrível, assustador. Só para você ter uma ideia do conteúdo (repleto de fotos e vídeos de embrulhar o estômago), cito alguns links do site: “Mulher brutalmente assassinada enquanto dormia”; “Uma linda mulher morta”; “Assassinato em Itabuna”; “Suspeito de assassinato morre arrastado por caminhão”; “Assassinado com dez tiros em Itajuípe”; “Faces destruídas”; “Pênis carbonizado”; “Rego aberto (cuidado: vídeo chocante)”; “Pauladas e mais pauladas”; “Mulher atropelada”; “Morreu dentro de casa”; “Agricultor morre atropelado”; etc. E você pode entrar ainda nas seções especiais: Fotos de acidentes de trabalho, acidentes automobilísticos (com os corpos ainda quentes), autópsias, cirurgias, doenças, famosos mortos, mortes, tragédias; e vídeos de mortes, acidentes, autópsias e mutilações. E os carniceiros do site ainda colocam a seguinte informação: “Em relação aos acidentes registrados, a divulgação das imagens está baseada na lei 9503/97, do Código Nacional de Trânsito, artigos 6º, I e 14, IV, servindo como campanha de educação para o trânsito”. E, logo em seguida, como se adiantasse: “Site proibido para menores de 18 anos”.

17 - Memória

Quando eu tenho insônia, ao invés de contar carneirinhos, eu exercito a memória visitando lugares do meu passado. Por exemplo: a casa onde eu morava quando eu tinha sete anos; as trilhas que eu e meu primo percorríamos na fazenda do meu pai, em São José da Varginha, quando a gente tinha oito ou nove anos; todos os cômodos das casas de meus avós falecidos; as salas de aula onde eu estudei na década de 80; os quartos onde eu e meus companheiros moramos no alojamento da CEDAF entre 90 e 92; e muitos outros lugares. E a memória é algo realmente impressionante, pois ela não me permite apenas ver as imagens, mas também sentir os cheiros e ouvir os sons do passado. Consigo ouvir com muita clareza a voz da minha avó gritar (como se o som saísse de uma caixa ligada direto no além-túmulo): “Lêêêdaa, ô Lêda!”; a do meu avô perguntando (enquanto a gente se escondia atrás de uma pilastra na entrada da sua casa): “Cadê os menino?”; ou a dele chamando: “Vamo no Tõe Espíndola comprar bala, meninada?”.

E os cheiros? Sinto até hoje a mistura única de cheiros da venda do Joaquim, em São José da Varginha, onde eu e meu primo comprávamos traque no início dos anos 80; o perfume que a minha esposa usava no dia que a gente começou a namorar, em janeiro de 1995; o cheiro mágico de uma antiga livraria de Lisboa, onde eu passava meus melhores momentos de solidão em 2002; a mistura de perfumes e aromas naturais do corpo humano, que meus companheiros de quarto exalavam, enquanto liam ou conversavam à noite em um velho albergue de Paris; o cheiro do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, tão único e especial, que eu nunca senti em nenhum outro lugar até hoje; os cheiros das ruas de Ouro Preto, Lisboa e Paris; das casas dos pobres que eu e meu avô visitávamos, em sindicância, quando éramos confrades vicentinos; os odores nem sempre agradáveis dos quatinhos e casinhas da Cidade Ozanan, que eu e meu avô também visitávamos nos anos 80.

Que saudade!

E agora, enquanto olho para esta foto antiga de pessoas brincando numa praia inglesa dos anos 10 ou 20, fico pensando se aquela menininha de cabelos curtos, que a mãe segura com uma mão, no canto direito da foto, ainda está viva. Pois, para mim, é a única que, se tiver tido muita sorte (ou não), pode ainda estar viva, beirando os 100 anos. Se essa menina é hoje uma velhinha centenária, será que ela se recorda de alguma coisa que aconteceu naquele dia de diversão à beira mar? Será que ela consegue ouvir as vozes, os risos, as gargalhadas e as brincadeiras daqueles jovens cheios de vida? Sentir os cheiros que saíam daquelas roupas suadas, misturados aos odores característicos de um dia de sol na praia? Que imagens desse dia ela tem na memória?

Tudo passa. Tudo passará. Foram essas frases que me vieram à mente quando eu percorri, com muito prazer, uma coletânea de fotos antigas de um dia na praia, enviadas pela minha amiga e colega da Academia de Letras de Pará de Minas, a escritora Terezinha Pereira. Uma dessas fotos é a que eu comentei acima, e que ilustra esta crônica: jovens aparentemente felizes que, pelos seus trajes, parecem não estar se divertindo numa praia, mas estavam. As outras fotos confirmam isso: mulheres com vestidos longos e camisas de mangas compridas caminhando pela areia; homens de ternos e sapatos sociais sentados à beira mar, olhando o horizonte; nenhum rapaz nadando sem camiseta...

Ah, o passado que não volta mais...

Quem foram essas pessoas? O que faziam da vida? Como viviam? Provavelmente jamais saberemos. E quem se importa? Quem se importará conosco daqui a 100 ou 200 anos? Quem ficará diante de uma foto nossa pensando em como era a nossa vida? Será que alguém se interessará por nós? Talvez um familiar que goste de genealogias. Eu mesmo já escrevi um relato, baseado em depoimentos orais de dois irmãos de minha avó (que hoje têm 88 e 91 anos) sobre a história de um tronco da nossa família, que remonta ao início do século XIX. Para escrevê-lo, usei também algumas fotos antigas, notas de falecimento, documentos oficiais e cartas, mas a imagem que eu construí, com base nesses indícios, é muito fragmentada e nebulosa.

E quanto a nós? Existirá, no futuro, alguém interessado em nosso passado? E se existir, que diferença fará? O que significa ser “imortal”?

Muito complicada esta crônica? Também achei. Mas é que o assunto – memória – é muito complicado mesmo.

Deixo vocês com o belo poema “Resíduo”, de Carlos Drummond de Andrade:

Pois de tudo fica um pouco.
Fica um pouco de teu queixo
no queixo de tua filha.
De teu áspero silêncio
um pouco ficou, um pouco
nos muros zangados,
nas folhas, mudas, que sobem.

Ficou um pouco de tudo
no pires de porcelana,
dragão partido, flor branca,
ficou um pouco
de ruga na vossa testa,
retrato.

...E de tudo fica um pouco.

Oh abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.

18 - Bruxas patafufas

Um dos episódios da minha infância de que eu mais me lembro é o de quando eu pisei em um enorme caco de vidro e tive que ir ao hospital para levar uns pontos no pé. Se não me engano, isso aconteceu em 1980. Minha tia estava comigo em casa e assim que eu cortei o pé [e ela conseguiu me pegar, pois eu corria e pulava desesperado pela casa, sujando tudo de sangue], ela o embrulhou numa fralda e saiu correndo comigo até a sapataria da minha mãe, na Rua Benedito Valadares. Meu avô estava lá e chamou o Jurandir Leitão, da Farmácia Cruzeiro, que ficava bem ao lado. Ele desembulhou meu pé, bateu o olho nele e disse: “Vai precisar de uns pontos”. Parece que eu sabia o que isso significava, pois me lembro perfeitamente do pânico que me assaltou naquele momento, e do escândalo que eu fiz ao ser levado à força para o hospital, que era bem em frente.

É interessante como alguns fatos da nossa primeira infância (de 1 a 5 anos) ressurgem com tal força na nossa memória de adultos, que a sensação é a de que tudo aconteceu há apenas cinco ou, no máximo, dez anos. Essa é a minha sensação em relação ao episódio descrito acima (que já tem mais de trinta anos), e também ao dia em que, pela primeira vez, minha mãe me levou para benzer.

Foi traumatizante. Eu devia ter uns quatro anos de idade, mas me lembro disso com tal clareza, que o rosto enrugado da benzedeira, seus cabelos brancos e suas mãos deformadas ressurgem agora na minha memória como assustadoras fotografias em preto e branco. Ela era velha e vivia numa casa bem simples [bem simples mesmo], no alto de um morro. Eu não sei dizer o que eu tinha, mas aquela senhora me pegou pelo pé e me VIROU DE CABEÇA PARA BAIXO, enquanto dizia umas palavras incompreensíveis, movimentando a outra mão como se fizesse rápidos sinais da cruz [até hoje eu não sei como ela conseguiu].

Depois disso eu fui benzido outras vezes, mas nada foi tão traumatizante quanto ver o mundo de ponta cabeça pela mão de uma velha bruxa patafufa [que, como me contaram depois, era muito boa e querida pela população de Pará de Minas].

Houve um tempo em que a Igreja Católica perseguiu benzedeiros e curandeiros, mesmo aqueles que se apropriavam de elementos do catolicismo para realizar seus passes e ritos de cura. A historiadora Laura de Mello e Souza, em seu fascinante estudo “O Diabo e a Terra de Santa Cruz”, narra inúmeros casos de curas de doenças e outros malefícios causados por mal-olhado ou feitiçarias no Brasil Colonial, registrados em processos da Santa Inquisição portuguesa, entre 1500 e 1700. Num deles, o paciente foi instruído a beber uma mistura de aguardente com pós de raízes moídas e ervas, que foi benzida. De noite, o doente tossiu e “lançou pela boca em vômito uns cabelos, e pela via prepóstera uns ossinhos que pareciam de galinhas, e unhas de gavião”. Nesse caso, o curandeiro foi acusado de bruxaria.

Hoje a Igreja não persegue mais essas pessoas, embora continue não sendo simpática às benzeduras e outras práticas e ritos de cura ainda muito populares em todo o Brasil. E como persistem esses costumes!

Há poucos meses, eu e minha esposa recebemos em casa a visita de uma tia do meu pai, muito querida por toda a família, que criou dez filhos (nove mulheres e um homem) e

que hoje colhe os frutos do amor que plantou em cada um deles (os dois caçulas já passaram dos 30). Minha filha de cinco anos andava muito abatida, sem comer, conversando pouco, e ao contar isso para a minha tia, ela se levantou, foi até a menina, passou o dedo na parte de trás do seu pescoço e disse: “A nuca dela está muito funda. Pode levar para benzer”. E continuou: “Ela está agoada e, nesse caso, a benzedeira certamente vai te mandar comprar uma pele de porco e dar para ela comer três vezes, em três sextas-feiras”.

Desconfiado, deixei que a minha mãe (que acredita nisso) levasse a minha filha para benzer, e a recomendação foi aquela mesmo. Minha mulher, que também acredita, seguiu as instruções e o resultado foi que a minha filha realmente melhorou. Por quê? Para mim, ela melhorou porque tinha que melhorar. Ela devia estar com uma infecçõzinha de nada, seus leucócitos atacaram os bichinhos e tudo ficou resolvido, sem nenhuma interferência mágica ou sagrada; exatamente como aconteceu no caso dos reis taumaturgos da Europa Medieval, que “curavam” umas feridas que apareciam em seus súditos através de um simples toque: “O toque real”. Em seu livro “Os Reis Taumaturgos”, de 1924, o medievalista francês Marc Bloch mostra que a crença no toque régio persistiu na Europa por vários séculos, mas que, cientificamente, a pretensa cura milagrosa não passava de uma simples reação do organismo aos causadores da infecção: bactérias.

Mas não sou tão cético assim. Independentemente de qual religião você segue (ou mesmo se não seguir nenhuma), você certamente já se deparou com algo misterioso e inexplicável [que nenhum tratado científico existente no mundo consegue explicar], algo que ultrapassa os limites da compreensão racional do homem sobre as coisas.

Ou não?

19 - Dom Pedro de Almeida, conde de Assumar

No final da década de 90, quando eu fazia pesquisa para a minha tese no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, eu sentia um imenso prazer em ler os manuscritos de Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, o conde de Assumar, que havia governado o território das Minas entre 1717 e 1721. Quase não era preciso ter conhecimento de paleografia para decifrar o belo português das cartas, repletas de passagens memoráveis, de uma dramaticidade muitas vezes chocante, fruto de uma mente brilhante e, ao mesmo tempo, perturbada: a mente de um nobre português de cerca de 30 anos, extremamente culto, que havia deixado mulher e filhos em Lisboa e vindo defender os interesses do rei de Portugal em uma terra distante e hostil.

Nascido em Lisboa em 1688, Dom Pedro de Almeida lutou por Portugal contra a Espanha dos 16 aos 25 anos, destacando-se pelas qualidades de comando e pela coragem demonstrada em várias batalhas. Governou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro de 1717 a 1721, e acabou entrando para a história do Brasil como um tirano perverso e repressor, por ter condenado sumariamente Filipe dos Santos, um dos revoltosos nos motins de Vila Rica de 1720. Entre 1744 e 1751 governou a Índia portuguesa, conquistando para o seu rei novos territórios no Oriente, o que lhe rendeu o título de marquês de Alorna.

Ao ler as cartas do conde, meu objetivo era desvendar o papel das autoridades portuguesas no controle e estímulo à produção e comercialização de gêneros de primeira necessidade nas Minas da primeira metade do século XVIII. Porém, a tentação era grande demais, e eu me deixava levar por outros caminhos: temas relacionados à sociedade mineira em geral, que eram apresentados pelo governador com tanta argúcia e inteligência, que mesmo os historiadores mais críticos em relação ao seu governo reconhecem ali a presença de um espírito elevado.

Não vou discutir aqui a política administrativa do conde de Assumar para as Minas, nem a sua decisão de mandar matar, sem julgamento, um dos envolvidos na Revolta de Vila Rica de 1720. O que eu quero, com este texto, é revelar uma outra face desse personagem fascinante: o seu lado humano, muitas vezes esquecido por aqueles que buscaram apenas confirmar o mito do tirano cruel, construído historicamente com o objetivo de exaltar os valores nacionais, contrários à dominação portuguesa sobre o Brasil.

Durante todo o período em que estive nas Minas, Assumar lutou contra a natureza inquieta dos mineiros, sempre prontos, segundo ele, a se levantarem em motins. Em um relato sobre os acontecimentos de 1720 endereçado ao rei, o conde expressava, numa pena dura e amargurada, a sua imagem da Capitania mineira: “(...) os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio (...), menos o vício, que está ardendo sempre. (...) a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; desfilam liberdade os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno”.

Acompanhando sempre essa imagem detratadora da sociedade mineira do início do século XVIII, destacava-se também, na correspondência do conde, um profundo desejo de retornar a Portugal, manifestado em inúmeras súplicas ao rei, e também em cartas

enviadas a diversas autoridades no Brasil. Numa delas, escrita em março de 1720, Assumar respondia ao requerimento de um funcionário do governo que trabalhava em Pitangui e que solicitava voltar para Ouro Preto, onde sua mulher encontrava-se enferma. Na resposta, o conde afirmava entender as razões do requerente, pois ele próprio vivia situação semelhante, distante da família “tantas mil léguas, com a incerteza de saber dela apenas uma vez no ano, e vindo para uma distância tão dilatada, pudera ser que quando saísse de Lisboa deixasse minha mulher em maior perigo em que não esteja a de V. Mercê!”. E continuava a carta, em tom de lamento: “(...) fiz todos os esforços com S. Majestade para que me aliviasse deste governo; e agora, pelas cartas que recebo de Lisboa, vejo que o dito Senhor não foi servido deferir-me ao meu requerimento; antes entendo que me dilata aqui o tempo que eu não quisera (...) porque talvez entenderá que assim convém mais ao seu serviço; julgue V. Mercê como por atenção ao mesmo serviço lhe poderei eu deferir, mas se V. Mercê acha que pode ter conveniência em fazer aí [Pitangui] conduzir a sua família, razão é que se não prive desta mesma consolação, que eu não posso lograr com a minha”.

Todas as execuções humanas, em qualquer época, são repugnantes. Porém, acredito que mesmo aqueles personagens que foram classificados como tiranos cruéis pela história [como foi o caso de Dom Pedro de Almeida] merecem análises que revelem outros aspectos de suas vidas.

Nos códices da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro – e em vários outros documentos manuscritos ou impressos, no Brasil e em Portugal –, o conde de Assumar ressurge também como um servidor aplicado, prudente e ponderado em suas decisões: um nobre de família distinta, zeloso de suas funções no ultramar e, ao mesmo tempo, fortemente ligado à mulher e aos filhos, sobretudo ao primogênito, que iniciava suas cartas ao conde chamando-o sempre de “Meu pai e meu senhor muito do meu coração”.

Pará de Minas, 20 de novembro de 2010

Quem se interessar pelo assunto e quiser aprofundá-lo, recomendo a leitura do meu livro *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008), disponível na Biblioteca Pública Municipal de Pará de Minas, na Biblioteca da Faculdade de Pará de Minas e nas melhores livrarias de Belo Horizonte.

Obra citada: SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.

20 - Quem não lê não escreve

Entre os anos de 2014 e 2017, o governo manteve equipes de especialistas em mais de três mil municípios brasileiros, com a missão de avaliar as consequências da falta de professores alfabetizadores, de Língua portuguesa e Literatura brasileira nos ensinos fundamental e médio do país. Os dados foram coletados diariamente nas escolas, ruas comerciais, órgãos públicos, rádios, imprensa, etc., e revelaram uma realidade sombria: 98% dos municípios analisados foram reprovados.

Nessas cidades, os especialistas identificaram uma tendência marcante: um paulatino retorno à oralidade. Por falta de professores, tanto nas escolas públicas quanto particulares, e também por viverem em culturas fortemente marcadas pelo desprezo à leitura e à interpretação de textos escritos, as populações dessas cidades, na sua grande maioria, não conseguem mais entender a linguagem escrita. Num dos municípios investigados, um dos especialistas esteve em um grande supermercado e presenciou uma cena que ilustra bem essa situação: no lugar dos tradicionais avisos escritos indicando onde estão os caixas preferenciais para gestantes, pessoas com crianças no colo e idosos, a direção do supermercado teve que colocar pequenas caixas de som reproduzindo a informação pela voz de uma locutora de rádio.

Nos bancos e repartições públicas, a maioria das pessoas não consegue preencher um simples formulário: não sabem o que é nacionalidade, estado civil ou grau de instrução; e mesmo quando elas conseguem ler o que deve ser preenchido, precisam que o funcionário esteja por perto para repetir, em voz alta, o que se pede:

“Aqui é pra mim escrever o meu nome?”.

“Isso mesmo, senhor. Está escrito aqui: NOME”.

“E aqui é pra mim colocar o lugar onde eu moro?”.

“Isso mesmo, senhora: o seu ENDEREÇO”.

Nas escolas, a maioria dos professores comete erros de português absurdos no quadro e não consegue elaborar uma simples questão de prova que seja clara, optando, quase sempre, por avaliações orais [a maioria com questões confusas, em que qualquer resposta dá direito a uma boa nota]. Os mestres não conhecem um único livro que possa ser indicado e, depois, trabalhado em sala de aula com os alunos [as bibliotecas locais, quando existem, têm poucos leitores, cada vez mais raros].

Nas faculdades, os professores, por não dominarem bem o português, não conseguem elaborar questões abertas que sejam capazes de estimular o senso crítico e analítico dos alunos, quase completamente atrofiado pelos anos passados no ensino fundamental e médio. Os poucos professores que conseguem cobrar o que precisa ser cobrado, em questões abertas bem elaboradas, são obrigados a explicar oralmente para a turma o que querem com as questões; e mesmo assim, quase sempre são acusados pelos alunos de serem péssimos professores, sendo também, com frequência, alvos de abaixo-assinados exigindo a sua substituição.

Nos fóruns, as petições dos advogados reúnem o maior número de atrocidades e absurdos cometidos contra a língua portuguesa que os especialistas do governo puderam encontrar. Em algumas cidades, juízes, preocupados com o problema, promoveram cursos de português, leitura e interpretação de textos para os advogados, mas na grande maioria dos municípios, nenhuma iniciativa nesse sentido foi tomada.

Infelizmente, na maioria das faculdades de Direito, os professores facilitam ao máximo a vida dos alunos nas provas, com questões de múltipla escolha idênticas às de semestres passados, que os futuros advogados marcam sem nem se darem ao trabalho de ler. Escrever? Raramente. E quando escrevem, são textos sem sentido, já que a maioria dos alunos não domina o vocabulário básico para se expressar de forma minimamente aceitável na língua portuguesa.

Mas esses poucos professores exigentes, que cobram análise e reflexão, acabam sendo obrigados a passar também os alunos medíocres, para não perderem o emprego, pois a mensalidade do cliente-aluno, nas grandes empresas que se tornaram as faculdades particulares, vale ouro. O resultado disso são as aprovações sucessivas nas disciplinas e a formatura de alunos semi-analfabetos que, aos poucos, vão engrossando as fileiras de bacharéis frustrados, que nunca serão aprovados na prova da OAB, ou que, ao serem aprovados nesta prova [por milagre], abarrotam os fóruns com petições dignas de dó.

Outra grande catástrofe é a imprensa. Nos jornais locais, as notícias são divulgadas num português rasteiro, cheio de erros [textos que se dizem “populares”, mas que envergonham qualquer autor genuinamente popular, já que não passam de um monte de frases sem sentido, cheias de erros vergonhosos].

Isso tudo é resultado do descaso com a educação básica e do desprezo à leitura no país. Formam-se professores, advogados, jornalistas, publicitários e outros profissionais que não lêem, e que, por isso, não conseguem escrever. E isso começa na infância. Os pais, muitas vezes, não compram livros para seus filhos porque acham caro, mas não conseguem passar um final de semana sem cerveja em casa [e trocam de carro com frequência, fazem festas, etc.]. Os jovens, criados em um ambiente sem leitura, passam a valorizar excessivamente a posse de objetos que simbolizam poder e riqueza, como carros e roupas de marca, e desprezam objetos que, no ambiente em que vivem, muitas vezes simbolizam a carência e a vida sendo desperdiçada, como os livros. Essa é uma questão cultural difícil de ser resolvida.

Uma luz no fim do túnel talvez esteja na conscientização dos estudantes, sobretudo os de nível médio e superior. Através deles, mudanças culturais podem acontecer, principalmente em casa, onde caixas de cerveja ou festas de arromba podem ser substituídas, de vez em quando, por livros; e na escola, onde, ao invés de fazerem abaixo-assinados para tirar professor que exige deles muita leitura e textos bem escritos, que cobra o que precisa ser cobrado [às vezes até com muito rigor, como a vida costuma fazer com os profissionais depois de formados], eles podem, ao contrário, valorizar esse professor, e não aquele que facilita tudo, que não corrige os trabalhos e aprova todo mundo, na maior irresponsabilidade.

Errinhos de português todos nós cometemos. Até grandes escritores erram [para isso as editoras contratam revisores]. Mas não estamos tratando aqui de simples errinhos. Infelizmente, o que se observa no país é um quadro generalizado de analfabetismo

funcional, muito mais grave do que se imagina, e que, infelizmente, não é reconhecido pelas autoridades, muito menos pelos próprios analfabetos funcionais.

21 - Três testes de paciência

Teste 1:

Você está saindo de um estacionamento particular, em uma rua movimentada do centro da cidade, e fica com o carro parado na saída, esperando uma oportunidade para entrar no fluxo de veículos e ir embora pra casa.

Pra você ter visão, o seu carro ocupa quase todo o passeio, obrigando os pedestres a se desviarem pela frente, invadindo a rua.

Você observa a fila de carros passando e espera.

É carro que não acaba mais.

E ninguém tem a bondade de reduzir um pouco a velocidade, criando assim uma brecha para você entrar.

De repente, quando você acha que vai dar, vem uma moto em alta velocidade...

E não dá.

Tem início mais uma interminável fila de carros.

“Agora vai dar”, você pensa. Mas não dá. Um pedestre gordinho, carregando várias sacolas de supermercado, atravessa na frente do carro. Quando ele acaba de passar, a brecha já não existe mais.

Nova fila de carros.

Teste 2:

Você está no supermercado, com o carrinho cheio, cansado e com pressa.

Percorrendo os caixas, você calcula mais ou menos, com base no número de carrinhos e na quantidade de mercadorias que cada um leva, qual fila vai andar mais rápido.

Escolhido o caixa, você se posiciona na fila e aguarda.

Eis que, quando você menos espera, já quase na sua vez, surge um problema no cheque da senhora idosa que está na sua frente.

“Tudo bem... deve ser coisa rápida”, você pensa.

Mas não é.

A moça do caixa chama um rapaz de camisa vermelha e lhe mostra o cheque. Ele coça a cabeça e diz: “Vou ver onde está o Rui”.

“Só um minutinho”, diz a moça.

Você olha o relógio. Só um minutinho. “Ok”.

E os minutinhos vão passando...

O rapaz volta e cochicha no ouvido da moça: “O Rui tá de caganeira lá no banheiro da gerência. Encostei o ouvido na porta... O negócio não tá nada bom”.

Risos mudos.

A senhora idosa pergunta: “Como é que é? Já resolveu?”.

“Só mais um minutinho”, diz a moça, sorrindo.

Teste 3:

Você está no sítio do seu pai [um lugar cheio de árvores, galinhas, cachorros e passarinhos, que os seus filhos chamam, com prazer, de “roça do vovô”].

Quatro da tarde.

A galera está toda espalhada pelo sítio: uns no galinheiro, outros dormindo nas redes espalhadas pelo quintal ou na varanda, outros jogando cartas, bebendo...

Mas ninguém [absolutamente NINGUÉM] se encontra nas proximidades do banheiro, o que te faz pensar que o caminho está livre.

Você então pega as partes do jornal que você mais gosta, o livro que você está lendo, o rádio sintonizado na Guarani, e se dirige até o banheiro para desfrutar de alguns minutos de merecida solidão.

Você posiciona o cestinho com rodinhas [que originalmente era destinado a verduras na cozinha, mas que você converteu em cesto de livros e jornais para banheiro] em frente ao vaso sanitário e se acomoda, como um rei.

Dez segundos depois, quando todo o processo se inicia, você vê a maçaneta da porta se mexer três vezes.

Você não acredita naquilo. “É uma ilusão”, você pensa.

Mas ela se mexe mais três vezes, dessa vez com barulho.

Alguém que parece ter se materializado ali [como num passe de mágica] está realmente querendo usar o banheiro.

O que fazer? Abortar a missão?

A pessoa tenta mais três vezes...

“O desgraçado deve estar apertado”, você pensa.

22 - Abelhas

Voltei sozinho do sítio naquela manhã de sábado porque eu precisava trabalhar em um projeto que era de importância vital para a empresa. O prazo era até terça-feira, mas, embora só faltassem duas ou três páginas para terminar, eu tinha que reler tudo, corrigir possíveis erros de inglês, formatar gráficos e tabelas, enfim, deixar o texto impecável para o meu chefe, que só contava com o meu talento para impressionar os investidores estrangeiros. A empresa dependia de mim; e eu dela, pois se meus filhos estudavam no melhor colégio da cidade; se eu tinha um apartamento de cobertura num bairro nobre, com piscina, sauna, churrasqueira e tudo; se o meu carro era um Honda zerado; se eu viajava para a Europa, de primeira classe, três vezes por ano, e o meu salário era dez vezes maior do que o do próprio prefeito da cidade era porque a empresa gostava muito do meu trabalho, ou melhor: achava-o imprescindível; e eu, logicamente, não poderia, de maneira nenhuma, comprometer isso tudo apresentando um projeto medíocre ao meu superior, que já estava com a viagem marcada para Londres, onde se encontraria com os acionistas majoritários da empresa. Eu não podia decepcioná-lo.

Por isso, naquela manhã de sábado, no sítio que eu tinha acabado de comprar em Conceição do Pirai [um lugarejo próximo à cidade], despedi-me dos meus filhos e da minha esposa e peguei a estrada em direção ao meu apartamento, que ficava a 20 quilômetros dali. Lá eu tinha montado um home office de primeira linha, equipado com tudo que um escritório destinado a executivos do meu nível deveria ter [não vem ao caso aqui descrevê-lo em detalhes, o que cansaria muito o leitor; basta dizer que ali eu me conectava com o mundo, tomava decisões e elaborava projetos importantíssimos, e me sentia como se todos os continentes do planeta estivessem ao alcance das minhas mãos, ou melhor: como se o mundo estivesse aos meus pés].

Terminei minha aula e peguei a estrada em direção a Conceição do Pirai, onde minha família se encontrava reunida para o almoço de aniversário da minha esposa, na casa dos pais dela. Eu só tive os dois primeiros horários no pré-vestibular, onde eu lecionava Biologia, mas preferi não passar em casa, pois já sentia falta da minha filha e estava louco para abraçar e beijar minha mulher, que completava trinta e dois anos naquele sábado.

A manhã estava linda, ensolarada, quase sem nuvens, embora a meteorologia tivesse anunciado chuva para o início da tarde.

Entrei no carro feliz da vida, mesmo sabendo que no dia seguinte eu teria que corrigir dois pacotes de provas do colégio particular e mais três do estadual, pois terça-feira era dia de entrega de notas nas duas escolas e os diários de classe tinham que estar impecáveis. Eu não me importava. “Amanhã é outro dia”, pensei. “O que importa é hoje: daqui a pouco eu vou almoçar com a minha família e, à noite, eu e minha mulher vamos sair para um jantar romântico”. Lembro-me de ter até levantado os ombros, sorrindo, enquanto enfiava a chave na ignição, e pensado em voz alta: “Vida de professor é assim mesmo. E você sabia disso quando decidiu abandonar o curso de Medicina e prestar vestibular para Ciências Biológicas. Ou não sabia?”.

Assim que liguei o carro e parti, despedindo-me de alguns alunos que saíam do prédio à minha direita, concluí que, também como consequência dessa minha opção profissional,

eu teria que aguentar, rezando, aquele barulho esquisito no motor do meu carro até o 13º salário entrar.

Fui em direção ao trevo e em menos de cinco minutos peguei a estrada; no rádio tocava uma música antiga do Lô Borges.

Quem causou a confusão toda foi aquele moleque mimado, metido a apicultor, a quem, a pedido do seu pai, que era juiz, eu autorizei abrir uma velha caixa de abelhas abandonada num descampado do meu sítio, próximo à estrada. Para mim já nem tinha mais abelha lá; então eu deixei que ele fosse, sem me preocupar. Nem fumegador, para acalmar as bichinhas, ele levou. Foi só com máscara, luvas e botas; mais nada; nem macacão.

Eu fiquei no curral alimentando os cavalos e as vacas e só fui me dar conta do que tinha acontecido quando uma das éguas levou a primeira ferroada. Ela deu um pulo e começou a correr pelo piquete. Eu olhei para o descampado e vi que uma enorme nuvem de abelhas se aproximava. O desgraçado do moleque veio correndo, gritando, com a camisa e as calças cheias de abelhas, que ele matava com as duas mãos, desesperado, só para no instante seguinte a quantidade de abelhas no seu corpo dobrar, e o número de ferroadas que atravessavam aqueles tecidos impróprios para lidar com abelhas [que o coitado usava] triplicar, eu diria.

Antes de sentir a primeira das centenas de ferroadas que eu levaria no corpo todo, eu abri as porteiras do curral para soltar os animais que, se ficassem ali, morreriam na certa. A bicharada saiu pulando, correndo, e eu corri também, sentindo já as dores das pregadas que eu levava no pescoço, nos braços e nas mãos.

O moleque entrou na casa e fechou todas as portas e janelas; eu, preocupado com os animais, que galopavam em direção à estrada, fui procurar umas palhas velhas no paiol para fazer um fogo, o que, eu pensava, assustaria as abelhas e as faria voltar para a caixa. Não me lembro de ter conseguido fazer o fogo... Não me lembro de mais nada...

Uma promoção. Era isso que eu queria. Aquele projeto seria a porta de entrada para mim à Gerência Geral da empresa, com certeza, e com esse novo cargo eu seria invejado por todos os outros executivos, principalmente pelo Jorginho, aquele babaca metido a besta. Ele ia ver só quando anunciassem a promoção e eu me tornasse chefe dele. Queria ver a cara do infeliz... Aquele fracassado... 45 anos nas costas, subalterno de um Gerente de 35...

Eu guiava com calma, sereno, olhando a natureza ao meu redor, mas ao mesmo tempo atento à estrada. Como sempre, o cenário era muito bonito: pastos verdes, currais, granjas de frango, lagoas com marrecos e patos nadando... Sábado era um dia especial, ainda mais aquele, quando a família toda me aguardava e tínhamos no almoço um franguinho cozido com quiabo, angu, molho de ovo bem apimentado, arroz e tutu de feijão. Eu não precisava de mais nada...

Se não me engano, foi quando eu destilava todo o meu ódio naquela imagem repugnante do Jorginho que o meu carro foi cercado por um monte de abelhas, e umas cinco ou seis entraram por uma abertura no vidro [que por causa da minha

claustrofobia, mesmo com o ar condicionado ligado, ficava aberto]. Uma delas me ferrou no queixo e uma outra tentava entrar por baixo da minha camisa quando eu me descuidei do volante e, ao invés de frear, acelerei mais, confuso e com medo das ferroadas. E foi neste exato momento que um cavalo preto atravessou na minha frente. Fechei os olhos e gritei. Não vi o que aconteceu...

“O que é aquilo?”, perguntei a mim mesmo quando vi um carro prateado enorme ziguezagueando pela estrada, vindo em minha direção, em alta velocidade. A pergunta mal acabara de ser formulada na minha cabeça quando a coisa aconteceu: Um cavalo entrou galopando no meio da pista, o carro prateado perdeu o controle, eu tentei frear, mas o maluco parece que não me viu e foi com tudo pra cima de mim. Não me lembro de ter conseguido desviar...

Meus caros ouvintes, nesta bela manhã de sábado, estou aqui, com a nossa equipe de reportagem, no cenário de uma triste tragédia. Dois homens, aparentemente com menos de quarenta anos de idade, tiveram morte instantânea quando seus carros se chocaram de frente, próximo a Conceição do Piraí. Um deles dirigia um Honda prateado, ano 2010, e o outro, um Uno preto 96... O quê? (...) Tem certeza? (...) Estão me informando aqui que o dono do sítio ao lado, na beira da estrada, também morreu... O quê? Picado por abelhas?... Realmente... a gente vê muitas abelhas voando por aqui... Parece que estão vindo de lá... Olha lá, Raul... Ai... Me ajuda aqui... Segura isso pra mim... Ai... Vamos pro carro... Rápido... Ai, ai, ai...

23 - O passado e seus mistérios

O historiador solicitou os documentos, fechou os olhos e se preparou para mais um encontro com os seus mortos.

Todos os dias, após o almoço, ele se dirigia ao belo prédio do século XIX, onde se localizava o Arquivo Público, para ler alguns documentos manuscritos da Seção Colonial: leis, editais, testamentos, inventários e processos-crime do século XVIII, produzidos, em sua maior parte, em Ouro Preto, Mariana, Sabará e São João Del Rei, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal.

Sua preparação consistia em se imaginar no ano de 1725 [exatamente duzentos e cinquenta anos antes do seu nascimento], na praça principal de uma vila mineira, repleta de escravos, roceiros, mineradores, negociantes, prostitutas e negras vendendo quitutes em tabuleiros. Procurava esquecer o presente e suas interferências: desde visões de mundo e ideias sobre o certo, o errado, o justo e o injusto, até o quase silencioso [mas irritante] barulho dos notebooks pertencentes a outros pesquisadores que, todas as tardes, como ele, marcavam presença no Arquivo [cada um ouvindo, à sua maneira, as vozes do passado].

Ao receber os documentos, o historiador colocou as luvas de borracha, ajustou os óculos e a máscara de proteção com cuidado, pegou o primeiro manuscrito e começou a leitura. Era um processo-crime que tinha como réu um minerador de vinte e cinco anos, acusado de assassinar um fazendeiro na cidade de Mariana em 1748. O rapaz era descrito como um faiscador de ouro, solteiro, sem escravos, que vivia em Mariana desde 1745, quando havia chegado de Lisboa com o tio, um mascate da região de Cascais [assassinado por um bando de salteadores no Caminho do Sertão, quatro meses após o seu desembarque no porto do Rio de Janeiro].

O advogado responsável pela defesa do rapaz era um nobre português formado na Universidade de Coimbra, já conhecido do historiador, pois aparecia em outros processos, sempre defendendo autoridades do governo, mineradores poderosos e negociantes abastados. Mas por que estaria ele atuando na defesa de um minerador pobre, que vivia de faiscar ouro nos morros, mal conseguindo o suficiente para sobreviver?

Continuou a leitura do documento e pouco a pouco foi sendo apresentado aos personagens daquele complexo drama humano: uma viúva desequilibrada, que havia acertado um tiro na perna do marido três dias antes dele ser assassinado; um ex-escravo, que jurava estar na companhia do acusado na hora do crime; um atravessador de mantimentos, que comprava milho, feijão e azeite de mamona do falecido; uma prostituta que, ao voltar para casa, na noite do crime, teria visto o acusado rondando a fazenda do morto; um fiscal da câmara suspeito de contrabando de ouro, amigo do acusado desde a infância, em Lisboa; uma negra forra que afirmava serem o fiscal da câmara e o fazendeiro assassinado inimigos mortais; e uma velha bruxa, acusada de ter jogado um feitiço no fazendeiro dois dias antes dele ser morto.

Por trás da incômoda máscara de proteção, o historiador conversava com o documento, pedindo mais detalhes, mais informações que lhe permitissem visualizar melhor todo aquele quadro; mas faltavam páginas e, o mais importante, o desfecho do processo. Não

encontrou nenhuma resposta para as suas perguntas: Quem havia assassinado o fazendeiro? Qual o motivo do crime? Por que o ilustre advogado havia atuado naquele caso, quando não era seu costume defender gente pobre?

O historiador saiu do Arquivo decepcionado. Havia ficado quase cinco horas debruçado sobre aquele processo sem conseguir transcrever uma única informação que fosse útil para a sua tese, e o que era pior: sem desvendar o instigante mistério.

Subiu lentamente a avenida em direção à bela praça centenária, pensando nos milhares de homens e mulheres do século XVIII cujas vidas tinham se perdido na noite dos tempos.

A praça estava em movimento. Dezenas de pessoas caminhavam ou corriam ao redor dos jardins e fontes que, certamente, naquele início de noite, proporcionavam perfume e frescor a muitas almas em sofrimento, preocupadas com o sucesso profissional, a saúde, os relacionamentos, a posição social, a riqueza e o poder. “Será que daqui a duzentos anos algum historiador vai se interessar pelos registros deixados por essas pessoas?”, perguntou a si mesmo, ao se sentar em um banco da praça, observando um rapaz e duas moças que corriam juntos, tão sérios e cheios de si que ele quase acreditou estar testemunhando a passagem de três deuses e não de simples mortais.

Levantou-se e caminhou lentamente até o Cine-café, que ficava a poucos metros da praça. Comprou ingresso para o novo filme do Almodóvar e, como tinha tempo, tomou um café expresso e entrou na livraria. Passou vinte minutos folheando os livros, pensando se um dia teria seu trabalho publicado por alguma editora. Tinha quase certeza que sim. Só não sabia se um público não especializado se interessaria pelos fragmentos da vida de tantas pessoas mortas, quando, em pleno século vinte e um, o que o homem cultuava, acima de tudo, era o agora, com todas as suas promessas de prosperidade e felicidade para o futuro. “É quase certo que ficarei restrito à academia..., e olhe lá”, pensou, enquanto se dirigia à sala de exibição para mais um encontro fascinante com o universo almodovariano.

24 - O prazer da leitura

[Palestra que apresentei aos alunos dos cursos de Pedagogia, Letras e Matemática da Faculdade de Pará de Minas em 15 de abril de 2011].

Obs: a linguagem deste texto procura se aproximar da linguagem oral que eu utilizei na palestra.

Antes de começar, eu gostaria de esclarecer uma coisa para vocês: eu não sou especialista em literatura. Sou apenas um leitor apaixonado por livros. E a minha apresentação hoje não é nada mais do que um depoimento sobre a minha experiência pessoal com os livros [sobre a minha paixão pelos livros], desde a infância até os dias de hoje. Por isso não esperem de mim erudição, palavras difíceis, análises de conceitos, teorias, metodologias, técnicas de leitura, porque a literatura não é a minha área de trabalho, o meu objeto de pesquisa. Eu leio romances, contos, livros de história e poemas por puro prazer.

[**Slide 01:** trecho de um texto de Rubem Alves]

Vou começar lendo um pequeno texto do Rubem Alves sobre a aprendizagem da leitura [que, para ele, é diferente da aprendizagem das letras], porque foi algo que eu vivi e foi muito importante para que eu me apaixonasse pela leitura. Ele diz o seguinte: “A aprendizagem da leitura começa antes da aprendizagem das letras: quando alguém lê e a criança escuta com prazer. Erotizada – sim, erotizada! – pelas delícias da leitura ouvida, a criança se volta para aqueles sinais misteriosos chamados letras. Deseja decifrá-los, compreendê-los – porque eles são a chave que abre o mundo das delícias que moram no livro! Deseja autonomia: ser capaz de chegar ao prazer do texto sem precisar da mediação da pessoa que o está lendo”.

[**Slide 02:** IMAGENS: fotos da Coleção Disquinho e de uma mulher lendo para uma criança]

Eu vivi essa aprendizagem da leitura de duas formas. Quando eu tinha 4-5 anos, no início dos anos 80, eu mantinha contato com o mundo mágico da literatura através dos disquinhos de historinhas da coleção Disquinho, lançada na década de 60 pela gravadora Continental; e através das leituras que a minha tia fazia para mim [a querida tia Leda], com toda a paciência do mundo: contos de fadas, cheios de ilustrações, que ela lia e relia inúmeras vezes; e eu sabia que as histórias dos disquinhos estavam também ali, naqueles livrinhos que ela lia com tanto carinho: às vezes as mesmas historinhas: Branca de Neve, O Patinho Feio, Joãozinho e Maria.

[Nos disquinhos, alguém também lia para mim! Sua voz saía de dentro daquela caixa mágica (uma radiola colorida), abrindo as portas de um mundo encantado, que me deixava maravilhado].

O encantamento se deu aí, nessas leituras ouvidas que eu escutava com prazer; e, por isso, quando eu aprendi a ler, aos 6-7 anos, eu já amava a leitura. Ou seja: o encantamento pela leitura, o prazer da leitura, o que o Rubem Alves chama de “aprendizagem da leitura”, veio, para mim, antes da aprendizagem das letras.

[**Slide 03:** trecho de um outro texto de Rubem Alves]

É o que o Rubem Alves reforça aqui: “Vejo, assim, a cena original: a mãe ou o pai, livro aberto, lendo para o filho... Essa experiência é o aperitivo que ficará para sempre

guardado na memória afetiva da criança. Na escola, o professor deverá continuar o processo de leitura afetiva. Ele lê: a criança ouve, extasiada! Seduzida, ela pedirá: ‘Por favor, me ensine! Eu quero poder entrar no livro por conta própria...’”.

Foi assim que eu aprendi a ler, em 1982, aos 6-7 anos, já seduzido pela leitura; e em 1984-85, com 9-10 anos, eu comecei a voar sozinho, escolhendo meus livros na biblioteca, lendo sozinho, com enorme prazer.

[**Slide 04:** IMAGENS: foto antiga da escritora Maria José Dupré ao lado de fotos das capas de três de seus livros]

Minhas primeiras leituras dessa fase [quando eu comecei a entrar no livro por conta própria, com mais autonomia e liberdade] foram as aventuras do Cachorrinho Samba, de Maria José Dupré: “O Cachorrinho Samba”, de 1949; “O Cachorrinho Samba na Floresta”, de 1952; e “O Cachorrinho Samba na Fazenda”, de 1967, livros que foram relançados, nos anos 80, pela editora Ática. Era delicioso acompanhar as peripécias do Cachorrinho Samba e os perigos que ele enfrentava. São histórias repletas de aventura, suspense, emoção. Não dá para esquecer.

[**Slide 05:** IMAGENS: fotos das capas de mais três livros de Maria José Dupré. Logo abaixo, o texto: “O caldeirão mágico de Maria José Dupré”]

Depois eu li outros três livros de Maria José Dupré, que ela escreveu antes mesmo de escrever as aventuras do Cachorrinho Samba: “A Mina de Ouro”, de 1946; “A Montanha Encantada”, de 1945; e “A Ilha Perdida”, de 1944. Foi com esses três livros que eu me senti pela primeira vez [ou talvez de forma mais intensa] como se eu estivesse dentro do livro, vivendo todas aquelas aventuras, sentindo o que os personagens sentiam: medo, alívio, alegria, tristeza, prazer, fome, sede... Lembro-me como se fosse ontem quando eu me fechava no quarto para ler “A Mina de Ouro”, e não queria parar enquanto não acabasse [e eu não queria que acabasse].

Maria José Dupré era uma feiticeira, uma bruxa boa: do seu caldeirão mágico saíam histórias que encantavam e encantam até hoje [feitiçaria pura]. Eu fico pensando...Quando eu comecei a ler os seus livros, em 1984, aos nove anos, ela faleceu, aos 86 anos, deixando esse presente maravilhoso para todos nós...

[**Slide 06:** IMAGENS: fotos do escritor Marcos Rey e das capas de dois de seus livros infanto-juvenis, publicados pela editora Ática]

Em 1987, aos onze anos, eu descobri um outro feiticeiro, com uma imaginação prodigiosamente fértil para o lado do crime, do enigma, do mistério: Marcos Rey. Agradeço muito a esse escritor porque foi ele que me abriu as portas para o universo fascinante das histórias de detetive. [Suas histórias dedicadas ao público infanto-juvenil são aventuras policiais e de suspense que têm como cenário a cidade de São Paulo]. Em resumo, o que aconteceu foi o seguinte: em 1980 ele foi convidado pela editora Ática para escrever livros infanto-juvenis. Não era a praia dele, mas ele aceitou, e o primeiro que ele escreveu, em 1981, foi um sucesso estrondoso: “O Mistério do Cinco Estrelas”, que de lá pra cá já vendeu mais de três milhões de exemplares. E a partir desse livro ele não parou mais: escreveu para adolescentes até morrer, em 1999.

[**Slide 07:** IMAGENS: fotos das capas de mais três livros de Marcos Rey]

Aqui estão outros livros da coleção Vagalume, da editora Ática, que o Marcos Rey escreveu nos anos 80: “Enigma na Televisão”, de 1986; “O rapto do garoto de ouro”, de

1982 [que é uma espécie de sequência de “O Mistério do Cinco Estrelas”]; e “Sozinha no Mundo”, de 1984 [na minha opinião, um dos melhores].

[**Slide 08:** IMAGENS: fotos da escritora Stella Carr e da capa do seu livro “A morte tem 7 herdeiros”]

Como eu disse, o Marcos Rey me abriu as portas para o universo da literatura policial, das histórias de detetive; mas quem me jogou lá dentro mesmo foi a Stella Carr, essa outra feiticeira maravilhosa. Fiquei triste, porque, ao preparar estes slides, eu descobri que ela faleceu, em 2008. Mas não importa; ela continua viva em seus livros, nas almas daqueles jovens que a leram, como eu. E o primeiro livro dela que eu li foi este aqui, em 1988: “A morte tem 7 herdeiros” [que ela escreveu junto com o Ganymédes José, também falecido], que tem como subtítulo a seguinte frase: “A noite em que Agatha Christie visitou Jacurussunga”. É uma história que te prende do início ao fim: o cenário é uma enorme e lúgubre mansão, e os personagens são um ricoço que é assassinado, seus sete herdeiros [os sete suspeitos, todos reunidos na mansão na noite do crime] e um detetive para descobrir o criminoso, claro. Não dá para explicar em palavras o prazer que essa leitura me proporcionou. E eu ainda fiquei com aquela coisa na cabeça: Quem é essa Agatha Christie? [Eu sabia que era uma escritora estrangeira, mas só isso]. No livro ela só aparece no final, em espírito [uma fumaça], mas não há nenhuma explicação sobre ela. Eu só fui descobrir depois.

[**Slide 09:** IMAGENS: fotos das capas de mais quatro livros de Stella Carr]

Assim que eu terminei de ler “A morte tem 7 herdeiros”, fui correndo na biblioteca de Pará de Minas para saber se ali havia outros livros dessa escritora. Surpresa maravilhosa: a biblioteca tinha quatro livros dela, todos escritos no final dos anos 70 e início dos 80: “Estranhas luzes no bosque”, “O Segredo do Museu Imperial”, “O Caso da estranha fotografia” e “O Enigma do Autódromo de Interlagos”. Em quatro dias eu li os quatro livros: um por tarde. Eu estava na sétima série, tinha 12-13 anos; eu lia no sofá da sala, ficava 5-6 horas direto lendo, sem parar.

[**Slide 10:** IMAGEM: foto da capa de um livro, de uma antiga coleção de capa dura, de cor vermelha]

Enquanto isso, eu passava pela estante da sala de televisão da minha casa e via uma coleção de livros, todos iguais, capa dura, vermelha, com duas cartas de baralho e um revólver [soltando uma fumacinha] desenhados na capa: só, nenhuma outra ilustração. Era uma coleção de livros de Agatha Christie, que pertencia à minha mãe. Eu passava ali, desconfiado, pegava um, folheava, lia uma parte ou outra: nenhuma ilustração, letras pequenas; e eu pensava: será que eu encaro?

[**Slide 11:** IMAGENS: fotos das capas de mais quatro livros de Stella Carr]

Enquanto isso eu esgotava a obra de Stella Carr. Em 1988 meu pai pediu a um amigo dele, que tinha ido a Belo Horizonte, para comprar uma listinha de outros livros dela para mim: “O esqueleto atrás da porta”, “O caso do Sabotador de Angra”, “O Fantástico Homem do Metrô”, “O incrível roubo da loteca” e outros. Eu me lembro bem do dia que esses livros chegaram. O amigo do meu pai se chamava Jurandir [já falecido], e quando ele chegou, eu já estava ansioso: ele trouxe o pacote, amarrado com barbante, que eu abri com enorme prazer. Li tudo em menos de duas semanas.

[**Slide 12:** IMAGEM: foto do cartaz original do filme “Morte sobre o Nilo”, baseado em um livro de Agatha Christie]

E nessa mesma época, uma vez, à noite, eu assisti com a minha mãe a um filme, que passou na rede Globo, chamado “Morte sobre o Nilo”, baseado em um livro de Agatha Christie. O filme era enorme, quase três horas de duração, e eu fiquei ali, grudado, até durante as propagandas, pensando, tentando solucionar o mistério.

[**Slide 13:** IMAGEM: foto de uma das últimas cenas do filme “Morte sobre o Nilo”, de 1978].

O filme “Morte sobre o Nilo” me mostrou que as tramas de Agatha Christie tinham como estrutura narrativa algo muito parecido com o que eu tinha encontrado no livro “A morte tem 7 herdeiros”, de Stella Carr [que havia copiado a fórmula de Christie]: várias pessoas suspeitas reunidas em um determinado espaço, um crime [normalmente um ou vários assassinatos] e um detetive para descobrir quem, como e por que matou. No caso do filme e do livro “Morte sobre o Nilo” [o livro é de 1937] foram três assassinatos cometidos num barco durante uma viagem pelo rio Nilo, e lá estava também o detetive Hercule Poirot, criação imortal de Agatha Christie, um dos detetives mais famosos da literatura policial.

[**Slide 14:** IMAGENS: fotos da escritora Agatha Christie e das capas de três de seus livros]

E rapidamente eu descobri que ali eu poderia deitar e rolar, porque Agatha Christie, na sua longa carreira de escritora policial, escreveu mais de 80 livros.

Em 1988 eu comecei então a ler Agatha Christie, a rainha das feiticeiras [além de rainha do crime], e depois de já ter lido tudo, fui relendo e relendo; aprendi a ler em inglês, li Agatha Christie em inglês; aprendi a ler em francês, li Agatha Christie em francês; aprendi a ler em espanhol, li Agatha Christie em espanhol, e nunca me cansei. Ainda hoje é um prazer imenso ler e reler Agatha Christie. Diversão pura.

[**Slide 15:** IMAGENS: fotos da capa do livro “Assassinato no Expresso do Oriente”, de Agatha Christie, e de uma cena do filme baseado nesse livro]

Uma experiência inesquecível foi a minha leitura do livro “Assassinato no Expresso do Oriente”, de 1934. Era um feriado, um dia santo, se não me engano; eu comecei a ler o livro de manhã bem cedinho e só fui terminar por volta de 10 da noite: li direto, parando a leitura só para ir ao banheiro ou para comer alguma coisa. Quando eu lia a solução do mistério, nas últimas páginas, caía uma tempestade lá fora, com raios e trovões, e no livro [na história] nevava abundantemente. Foi emocionante!

Fui um adolescente reservado, conversava pouco, saía pouco. Mas não fui um jovem solitário por causa dos livros. Só que para ler tanto, a gente acaba tendo que abrir mão de um contato maior com as pessoas, pois a experiência da leitura é solitária. No entanto, eu acho que eu soube dosar bem a minha solidão no mundo dos livros com o meu contato com as pessoas [com algum prejuízo, talvez, para o contato com as pessoas]. Lembrando que, como disse Rubem Alves, a solidão da leitura não é uma solidão como as outras. É uma solidão que é, ao mesmo tempo, uma comunhão entre a alma do leitor e a alma do escritor. Você não está só quando está lendo. Você até viaja lendo, conversa com os personagens, pensa junto com o escritor.

Agora, para terminar, eu gostaria de homenagear os dez escritores [e seus livros] cujas almas mais entraram em comunhão com a minha, nesses anos todos [na verdade são

nove escritores e dez livros, porque um escritor escreveu dois livros da minha lista]. Fiz uma seleção rigorosa, e aqui estão eles:

[Seguem dez slides, cada um com a capa de um livro e a foto do seu autor, com os seus anos de nascimento e morte (quando mortos). Para cada um eu fiz, de improviso, um comentário emocionado]:

O Encontro Marcado (Fernando Sabino); O Retrato do Rei (Ana Miranda); As Brumas de Avalon (Marion Zimmer Bradley); Coiote (Roberto Freire); Bufo & Spallanzani (Rubem Fonseca); Romance Negro (Rubem Fonseca); Cem anos de solidão (Gabriel García Márquez); O Lobo da Estepe (Hermann Hesse); Trem noturno para Lisboa (Pascal Mercier); A morte de Ivan Ilitch (Leon Tolstoi).

E viva o livro! Viva a leitura! Viva o prazer de ler!

25 - Pombos II: a missão

Naquele dia o professor abriu e fechou o portão da garagem várias vezes, para ver se descobria o problema, e percebeu que alguns daqueles dentes de plástico que se encaixam no eixo do motor, fazendo o portão se movimentar, estavam quebrados [por isso o barulho esquisito e, de vez em quando, a necessidade de descer do carro e empurrar o portão com a mão]. Percebeu também que com uma chave de fenda ele poderia inverter a placa onde estavam os dentes quebrados, ajustando os que se encontravam intactos ao eixo [no lugar dos outros], o que resolveria o problema. Com o coração acelerado, ele pegou a caixa de ferramentas, ajoelhou-se diante do portão e começou o trabalho. O suor escorria pelo seu rosto. O primeiro parafuso não cedia, porque o inepto professor girava a chave para o lado errado. Corrigido o sentido da rotação, o parafuso cedeu, os outros também, e finalmente a placa estava em suas mãos. Inverteu-a, mudando-a de posição no portão, e enroscou de novo os parafusos, apertando-os com força. Pronto. Ansioso para saber o resultado [com as mãos trêmulas], apertou o botão do controle, a luz vermelha piscou e o portão abriu sem barulho, deslizando suavemente seu enorme peso de ferro sobre o trilho; e o professor, maravilhado diante da sua obra, sorriu feliz. A esposa chegou do trabalho e o cumprimentou pelo grandioso feito, que naquele dia vinha se somar a uma outra façanha sua, não menos notável: a descoberta, na semana anterior, de que não era preciso chamar um carpinteiro para apertar as maçanetas quando elas se soltavam das portas [bastava usar corretamente as chavinhas em forma de L que tinham vindo junto com as maçanetas]. Que sensação maravilhosa! Com certeza foi essa segunda vitória sobre suas limitações práticas que o fez decidir atacar por conta própria o problema dos pombos que infestavam o telhado da sua casa. No dia seguinte comprou uma escada de ferro [daquelas de apoio, usadas por pintores] que, ao ser aberta, chegava facilmente ao telhado, no local exato onde os pombos tomavam sol e copulavam [em meio a fezes, penas, gravetos, palhas e ovos, que faziam do entorno da caixa d'água um lugar que, na imaginação do professor, só podia ser a antecâmara do inferno]. Naquele mesmo dia ele tinha encontrado um produto numa loja veterinária que, segundo o vendedor, espantava pombos. Não era veneno, mas uma substância que grudava nos pés das aves, incomodando-as de tal forma que elas iam embora e não voltavam mais. Pagou para ver. Chegou em casa à tarde com a escada e o produto espanta pombos que, com um pincel de pintor, teria que ser espalhado sobre os locais preferidos das aves. Abriu a escada, ajustou o pino de segurança que a manteria aberta, e, com o produto e o pincel em mãos, começou a escalada. A escada lhe pareceu frágil sob seu peso de mastodonte, que a envergava pra dentro, num movimento de vai e vem, a cada passo que dava em direção ao território inimigo. E os inimigos, pressentindo o perigo, alçaram vôo, todos de uma vez, e ficaram sobrevoando a área, preocupados com o que aquele gordo de bermuda e chinelos pretendia fazer no seu playground. Junto com o produto espanta pombos e o pincel, ele levava também um saco de lixo para recolher ninhos, ovos e filhotes, se os encontrasse, e uma latinha de creolina, para desinfetar o local. A missão tinha tudo para dar certo se não fosse o excesso de peso sobre a escada, que não resistiu e quebrou [na verdade, o pino de segurança entortou e soltou] quando o professor se aproximava do telhado, a mais de três metros do chão. A queda foi assustadora. O professor caiu como uma jaca ao solo, de bunda, sentindo um choque tremendo em todo o corpo, o que, junto com o susto, fez com que ele cogitasse a terrível hipótese de ter ficado paralítico. Mexeu as pernas e respirou aliviado, afastando a pior das hipóteses, mas ainda não tinha escapado de uma possível fratura na bacia. Levantou-se lentamente, tremendo, e alguma coisa em seu inconsciente lhe disse que, apesar da dor lancinante no traseiro, sua bacia

estava intacta. “Graças a Deus”, sussurrou, enquanto olhava ao redor e via a escada quebrada e as outras armas da missão espalhadas pela grama e pelo chão da garagem. À noite, a esposa e os filhos o cercaram de carinho [o que de certa forma compensou o fracasso] e se espantaram com o enorme hematoma na bunda, do tamanho e da cor de uma legítima bola de boliche americana.

26 - De marré deci

Em seu extraordinário romance “Lições de abismo” (1950), Gustavo Corção leva seu personagem principal a um café, onde, atrás do balcão, “um rapaz e três moças multiplicavam os mesmos gestos rápidos, distribuindo louça, servindo café, recolhendo as fichas, e retirando para um enorme caldeirão de água fervendo as xícaras usadas”. Uma das moças atrai a atenção do personagem, um professor de meia idade que acaba de descobrir que tem um câncer incurável, e mostra-lhe, com seu corpo franzino (“o peito vazio, a cinturinha quebrada, e os braços chupados”), que ela não viverá muito tempo. “Não posso dizer se sua doença é tuberculose ou câncer. Faltam-me as estatísticas, as observações repetidas. Mas sei que é de morte. Vejo-a murchar”, conta-nos o angustiado professor em sua narrativa.

Mas a sua reflexão logo se volta para o “humilhante ofício” daquela flor desenganada. “Ofício de quê? Que nome terá esse ofício de ficar oito horas em pé a distribuir xícaras com gestos de autômato? Creio que não tem nome”.

Recorda-se da época em que todos os ofícios tinham nome, e as meninas cantadeiras cantavam nas noites de verão:

Eu sou pobre, pobre, pobre,
De marré, marré, marré,
Eu sou pobre, pobre, pobre,
De marré, deci...

Quero uma de vossas filhas,
De marré, marré, marré,
Quero uma de vossas filhas,
De marré, deci...

Que ofício darás a ela?
De marré, marré, marré

Dou ofício de costureira,
De marré, deci...

“Como poderíamos pôr em canto de roda a longa especificação deste ofício sem nome: moça que distribui as xícaras no café em pé, de marré, marré, marré? Mas se não tem nome a profissão, tem nome, nítido e rígido, a classificação. Seu instituto tem nome, se seu ofício não tem. Ela é comerciária, de marré, deci”.

Quantas xícaras ela serve por dia? “Calculemos: três ou quatro por minuto, vezes sessenta, vezes sete ou oito; digamos sete. Dá mil cento e oitenta; digamos mil. Ela serve mil fregueses por dia!”.

Abuso aqui do fascinante texto de Gustavo Corção para expressar, mais uma vez, a minha perturbação indignada e impotente diante do destino de uma grande parcela da população mundial: daqueles homens e mulheres que passam a maior parte do seu tempo de vida trabalhando em algo de que não gostam, esperando ansiosos a passagem das horas, até o final do expediente; dando graças a Deus pela chegada da sexta-feira (e

amaldiçoando a segunda-feira tenebrosa); contando os dias para a chegada do feriado prolongado, do Carnaval, da Semana Santa, das férias; trabalhando sem motivação, por necessidade, porque não há outra saída, não pode ser de outro jeito, a vida é assim... Pessoas anestesiadas, submissas a uma realidade que domina, com seu tédio mortal, suas almas indefesas, que não sabem o que fazer, a não ser se resignarem, esperando, talvez, uma recompensa futura: uma boa aposentadoria aos 65 anos de idade, com um pouco de saúde para curtir os últimos anos de existência; a vida eterna no Céu... Quem sabe?

Quantos no mundo não se sentem como a moça das xícaras do romance de Corção, quando um freguês lhe grita: “Esta xícara está suja! Veja!” Ela não olha para a xícara. Não olha para o freguês. “Porque se olhar, enlouquece. É a sua defesa. A sua única defesa. Ela não pode prestar atenção ao que faz. Se prestar, enlouquece. Não é possível ter solicitude igual mil vezes por dia; não é possível ter interesse nesse jogo. Por isso ela faz como se atendesse fantasmas. Sombras. Ela olha através; põe os olhos no infinito, deixando às mãos sonâmbulas o cuidado de distribuir louça, colher fichas e retirar as xícaras usadas”.

Mas há também executivos, empresários, professores universitários, engenheiros, advogados, médicos e muitos outros profissionais de marré deci. Não é preciso ser pobre para viver uma existência de marré, marré, marré. Inúmeras pessoas consideradas bem sucedidas vivem suas vidas afastadas daquilo que realmente querem, porque precisam ser “realistas”, “seguras”, “prudentes”, “responsáveis”, “honradas”, “respeitadas”. Fazem “o que deve ser feito”, “o que é preciso”, sacrificando um tempo que não volta nunca mais em projetos de vida vazios daquilo que, para elas, representaria o verdadeiro prazer de viver. Muitos profissionais acumulam fortunas, passando pela vida como meros espectadores. Velhos e ricos, depois de anos de trabalho, muitos tentam resgatar suas verdadeiras paixões, seus sonhos de juventude não concretizados, mas já é tarde, pois o tempo perdido não volta mais.

Carlos Drummond de Andrade já dizia, em seu poema “A casa do tempo perdido”:

Bati no portão do tempo perdido, ninguém atendeu.
Bati segunda vez e mais outra e mais outra.
Resposta nenhuma.

A casa do tempo perdido está coberta de hera
pela metade; a outra metade são cinzas.
Casa onde não mora ninguém, e eu batendo e chamando pela dor de chamar e não
ser escutado.

Simplesmente bater. O eco devolve minha
ânsia de entreabrir esses paços gelados.
A noite e o dia se confundem no esperar,
no bater e bater.

O tempo perdido certamente não existe.
É o casarão vazio e condenado.

A moça das xícaras não terá tempo de viver, conta-nos o narrador do romance de Corção: “Não viveu, e já morre. Não sabe, como eu, que vai morrer. Não poderá arrumar a sua morte. Morrerá uma morte qualquer, de comerciária, de marré deci. Vejo um hospital. Um leito qualquer, número tanto. Uma vaga arranjada por favor. Ela agoniza – e as xícaras, os cafés, as fichas, os clientes iracundos, os clientes joviais, os clientes em geral de que se defendeu pondo os olhos vagos no infinito, voltarão todos, virão, de dentro dela, em ondas, acumulados, milhares, milhões, virão encher de alarido vulgar, de vozes e de louças, seus últimos instantes de menina que não teve licença de viver. Ela morrerá vendo xícaras, xícaras, xícaras. Os aventais passarão. Toucas. Clientes esquisitos debruçam-se sobre o seu corpo, como se ela tivesse virado xícara, e viessem beber nela mesma, nas suas entranhas, o último café”.